

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Drª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIV - Nº 147 ISSN-0101-4919 JULHO/SETEMBRO/1992

SUMÁRIO

Artigos

- Os paulistas do século XVIII vistos por um guarda-marinha francês 155
Odilon Nogueira de Matos
- A unidade Latino-Americana e sua oportunidade 158
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- Martin Braunwieser 160
José da Veiga Oliveira
- "Não se pode pensar sempre, mas se pode amar sempre" 164
João Ribeiro Júnior
- "Papagaios amarelos" em São Luís 168
Mário Barata

A saga do rio Paraíba do Sul.	170
José Luiz Pasin	
A viagem de Saint-Hilaire à Província de São Paulo	173
Mário Donato	
O Livro da Capa Verde	181
Joaquim Felício dos Santos	
Pierre Monbeig e o Brasil	187
Manuel Correia de Andrade	
Livro sobre Fritz Müller	190
Theobaldo C. Jamundá	
Documentos para a história das relações diplomáticas Bra- sil-Venezuela (1859-1900)	192
Luciara Silveira de Aragão e Frota	
Registro Bibliográfico	202
Memória Campineira	205
Vila Brandina	
Celso Maria de Mello Pupo	
Textos (sugestões para seminários)	
Representação do povo de Pernambuco contra os es- trangeiros	206
União aduaneira alemã	207
Vultos da Historiografia Brasileira	
Brasil Bandecchi	209
Seleta	
O município no Brasil colonial (Brasil Bandecchi)	215
Rabiscos de um escrevinhador	
A propósito de uma opereta	223
Ezequiel Freire	225
Moisés Gicovate	226
Mário Donato	228
Amigo de Camões, autor de uma História do Brasil	229
Grande evento em Poços de Caldas	231
Odilon Nogueira de Matos	

OS PAULISTAS DO SÉCULO XVIII VISTOS POR UM GUARDA-MARINHA FRANCÊS

Odilon Nogueira de MATOS

Os que têm algum conhecimento, por mínimo que seja, de nossa história sabem que no início do século XVIII foi o Rio de Janeiro atacado duas vezes pelos franceses. A primeira, em 1710, por uma pequena esquadra comandada por Duclerc. Esta não levou a melhor, devido à tenaz resistência oposta pelos fluminenses (principalmente os estudantes), o que redundou na morte do próprio Duclerc. Pode-se imaginar como isto ecoou em França. Daí, o apresto de nova expedição no ano seguinte, desta vez mais numerosa e melhor municada, tendo como comandante o conhecido corsário René Duguay-Trouin, já notabilizado por ações de pirataria em diversos lugares. A vitória dos inimigos foi arrasadora. A cidade foi saqueada e em grande parte incendiada e a população submetida a onerosos tributos.

O Rio de Janeiro não era ainda a capital do Brasil, mas era o porto que servia de escoadouro à produção aurífera das Minas Gerais, além de rica zona produtora de açúcar. Mas, foi impossível aos da terra oporem qualquer resistência, em parte devido à pusilanimidade do governador fluminense Francisco de Castro Morais, e ao atraso com que procedeu de Minas o corpo expedicionário comandado por Antônio da Costa Carvalho. Puderam os invasores retornar tranqüilamente para a França, levando riquíssima presa. Foram essas investidas francesas motivadas por conjuntura da política européia, que colocaram França e Portugal em campos opostos.

Da expedição de Duguay-Trouin há dois relatos preciosos, um do próprio comandante e outro de seu guarda-marinha Du Plessis-Parseau. São textos que se completam, embora ambos cuidem bastante demoradamente dos aspectos militares da "aventura" da Guanabara. O guarda-marinha estendeu-se em considerações sobre o Brasil, um Brasil que ele não conheceu, pois não saíu do Rio de Janeiro. Mas, informou-se bem, como de comum acontecia com outros navegadores europeus que procuravam escrever sobre o país praticamente sem conhecê-lo.

O relato de Duguay-Trouin foi publicado em 1712 (mesmo do regresso à França), "chez Pierre Cot", em Paris, com o título **Relation de l'expédition de Rio de Janeiro**. Uma edição abreviada relatando apenas a ocupação da cidade, foi impressa no mesmo ano pela "Imprimerie Royale". E também nas suas *Mémoires*, publicadas na Holanda, em 1730, ocupou-se da invasão da Guanabara. Diga-se de passagem que as memórias do almirante tiveram várias edições no século XVIII (1732, 1740, 1774, 1779), o que é deveras significativo para um livro de tal natureza.

Quanto ao relato de Du Plessis-Parseau, escrito também em 1712, permaneceu inédito, conservado na biblioteca do porto de Brest, até 1885, quando foi publicado em o tomo 95 da "Révue Maritime et Coloniale". Sua narrativa - informa Doneaud du Plan, "conservador" da biblioteca de Brest - "em seus pontos principais concorda exatamente com as memórias de Duguay-Trouin; contém igualmente detalhes da navegação, os costumes e descrições, bem como reflexões pessoais do autor, que constituem o seu interesse particular".

O primeiro autor a fazer referência ao texto de Du Plessis-Parseau foi o historiador fluminense Vieira Fazenda (1846-1917), que dele se ocupou, embora ligeiramente, em suas **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**, tomo 89 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (1924). E bem mais tarde (1942) coube ao mesmo sodalício fluminense promover a publicação do texto integral do guarda-marinha, numa excelente tradução do Comandante Adalberto Rechsteiner (Revista do Instituto, v. 176, pp. 89-219). O título original do relato é **Jornal histórico ou relação do que se passou de mais memorável na campanha do Rio de Janeiro pela esquadra do Rei comandada por M. Duguay-Trouin em 1711**.

O tradutor teve a feliz idéia de anexar ao relato de Du Plessis-Parseau o de Duguay-Trouin, constante das suas memórias, edição de 1779. Assim, poderá o leitor confrontar os dois textos. Do relato do guarda-marinha utilizou-se a Professora Teresinha de Castro para ilustrar e fundamentar o capítulo sobre as invasões francesas de sua utilíssima **História documental do Brasil** (Rio de Janeiro, Record, 1968, data do prefácio).

A seguir, o tópico sobre os paulistas do relato de Du Plessis-Parseau:

"O que são os paulistas - É preciso saber que estes paulistas são um amontoado ou mistura de todos os povos e raças em que predomina a

portuguesa e que são mais ou menos como os filibusteiros. Há muito tempo que eles se estabeleceram em uma zona do território próximo das minas onde têm uma bela cidade chamada São Paulo, da qual tiram o nome. Sempre reconheceram o rei de Portugal como seu soberano, mas, tendo crescido pouco a pouco, reclamaram quando quiseram dar-lhes governadores, expulsaram-nos e se constituíram, de algum modo, em pequena república que tem como lei fundamental não receber comandante da parte do rei, mas pagar-lhe, não obstante, o quinto do ouro que extraem das minas; e ao que se diz são muito exatos nisso. Este espírito de independência lhes tem acarretado muitas vezes a guerra, que eles têm feito, sem que até ao presente sejam inteiramente livres ou submetidos. Eles não estão afastados do mar, e o porto de Santos no sul da costa é o seu escaudouro; passa por ser muito bom e seguro”.

Quem teria sido o informante do guarda-marinha? É sabido que havia muita gente que não gostava dos paulistas, sempre pronta a maldizê-los. Como, por exemplo, os jesuítas, que guardavam, ainda bem vivas, as tristes recordações das lutas com os moradores do Planalto de Piratininga. Em todo caso, embora com inexactidões, o juízo de Du Plessis-Parseau é bem melhor que o de seu compatriota Froger, que escreveu vinte anos antes e, para quem, São Paulo não passava de um covil de bandidos de todas as nações (“assamblage de brigands de toutes nations”), que viviam sem lei nem rei, não permitindo que pessoa alguma aí chegasse, o que é um tanto contraditório, pois se não permitiam que pessoa alguma aí chegasse, como pôde tornar-se habitado por gente de “toutes nations”?

Expendido seu juízo sobre os paulistas, o guarda-marinha francês, “para acabar com esta espécie de relatório”, procurou dar “uma idéia concisa do reino do Brasil, que por sua extensão e suas riquezas mereceria bem um volume inteiro”. E seguem-se tópicos sobre Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e sobre os primeiros habitantes da terra, concluindo seu relato com a descrição bastante pormenorizada do regresso a Brest, onde chegou a 5 de fevereiro de 1712.

(Transcr. do “Boletim da Academia Paulista de História”, nº 4 e 21 de junho de 1990, pág. 2)

A UNIDADE LATINO-AMERICANA E SUA OPORTUNIDADE

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Sem dúvida alguma é significativamente oportuno o estudo de Luciana Silveira de Aragão e Frota sobre **Brasil-Argentina: divergências & convergências**, nos dias que vivemos, não apenas para melhor compreendermos as diferentes formas de cooperação que ambos os países ora procuram encetar, como, para repensarmos o verdadeiro papel que a América Latina deve desempenhar na contemporaneidade.

Com exaustiva e criteriosa análise, linguagem fluente, procurou a Autora desvendar a posição dos argentinos sobre as relações bilaterais e, principalmente, as várias condições de integração que na atualidade se desenvolvem, levando em conta o posicionamento da política exterior brasileira.

Ao abordar, num primeiro momento, os interesses extra-regionais que, notoriamente na origem de ambas as nações dificultaram a integração física, verificou não apenas a importância das experiências históricas concretas dos dois países, como também a maneira pela qual foram inseridos no sistema internacional, enfatizando que “apesar das considerações sobre a inexistência de um projeto de política exterior no Brasil, após 1930, a falta desse projeto explícito favoreceu as trocas comerciais e o poder de barganha nas relações externas, no período da II Grande Guerra” (p. 72).

E, justamente à época de Vargas e Perón, ambos, por repetidas vezes, trabalharam pela unificação latino-americana, sentindo a sua importância, e, de certa forma, apoiados principalmente pelo Chile, Equador e Bolívia. Todavia, com o projeto de política exterior, certas restrições foram impostas à vida brasileira no que concerne ao âmbito sul-americano. Por aí podemos entender o porquê da Argentina entre os anos de 1953-54, haver implementado “vários tratados bilaterais com o intuito de promover a união econômica com o Chile, a Nicarágua, o Equador, a Bolívia e o Paraguai.” (p. 88).

Foi tão somente com a chamada Revolução Libertadora que os rumos políticos sofreram alterações, inclusive visando impedir o retorno do "peronismo" ao poder.

O governo Juscelino Kubitschek efetuou uma nova tentativa brasileira para fomentar a aproximação sul-americana, além de promover o desenvolvimento econômico.

Entretanto, a política tumultuada brasileira e argentina acabou por impedir que, por exemplo, o "Encontro de Uruguaiana" caminhasse; com a renúncia de Jânio Quadros e a queda de Frondizi, as questões relativas às relações entre ambos países foram tratadas pelos canais diplomáticos tradicionais, o que, em outras palavras, significa dizer que nada ficou sobre o aproveitamento dos rios da Bacia do Prata, até porque, com receio de uma hegemonia brasileira, a diplomacia argentina acabou por pleitear normas jurídicas para o aproveitamento das águas, a fim de que não revertisse em seu prejuízo, uma vez que temia o nosso país por este possuir o controle do sistema fluvial no Prata.

Mas, com a evolução do conceito de defesa de política estratégica, no que tange às relações com a Argentina, quando o Brasil passou a falar da defesa bilateral, foi que a situação começou a modificar-se, mesmo porque "as crises do petróleo e do chamado "milagre econômico" brasileiro impuseram um novo modelo ligado à necessidade de captação de novos recursos no exterior, novas tecnologias, novos mercados abertos à exportação brasileira. Já não era mais possível a rigidez ideológica dos anos 50-60" (p. 107).

Ressalta ainda a A. que a integração argentino-brasileira que, embora seja fruto de um projeto surgido por iniciativa governamental, não a torna menos sólida, pois retrata a intenção de aprofundar as bases do entendimento e cooperação na América Latina que, em verdade, só será plena se houver uma vontade política de ambas as partes.

E o Governo Sarney, em que pesem os aspectos negativos de sua política, teve o mérito de estreitar as relações latino-americanas, especialmente com a Argentina. O grande problema, no entanto, que ainda persiste para uma real integração, é que tanto o Brasil quanto a Argentina dispõem de uma inexpressiva poupança interna e uma tecnologia bastante atrasada.

Todavia, urge às lideranças brasileiras, argentinas e todos os demais países que se associarem a este projeto, somar suas forças, fazer valer seus interesses, crescer internamente, para não ficarem remoendo complexos, contentando-se em serem apenas o "quintal" do mundo desenvolvido!...

MARTIN BRAUNWIESER (1901-1991)

José da Veiga OLIVEIRA

Em 1928 apareceu em São Paulo uma figura esguia, alta, ossuda de um músico estrangeiro, que aqui vinha exercer a profissão, munido de credenciais de incontestável relevância e autoridade. Nascera nos albores do século, na cidade natal de W. A. Mozart, Salzburg. Em 1938, naturalizou-se brasileiro. Durante seis anos, Martin Braunwieser ministrou aulas no Conservatório Odeion-Atenas (Grécia).

Para o flautista, violista, pedagogo, regente, compositor iniciava-se uma carreira que se estenderia ao longo de décadas até o final de sua admirável e fecunda existência.

Discípulo do famoso mestre prof. Bernhard Paumgartner (1887-1971) no Mozarteum de Salzburg, dotado de sólida cultura humanística e musical, entre 1930 e 1935, Braunwieser, lecionou no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, o mesmo acontecendo com o Instituto Musical de São Paulo, do qual foi Diretor (1970). De 1948 a 1951 regeu as classes de Harmonia Superior, Contraponto e Composição no Conservatório Santa Marcelina. Ensinou Regência no Conservatório Estadual de Canto Orfeônico, posteriormente Faculdade de Música “Maestro Julião”, hoje Instituto de Artes da UNESP.

Concomitantemente, Braunwieser ganhava a vida (1928-1935) tocando em salas de cinema mudo, em serões de música de câmara e nas estantes da Orquestra da Sociedade de Concertos Symphonicos, nos Teatros Municipal, Sant’Ana, Santa Helena, sob a regência dos maestros Lamberto Baldi, Torquato Amore e outros.

Fundado (1935) o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, Mário de Andrade, seu primeiro diretor, convocou Braunwieser a estruturar e dirigir o Coral Popular. Em 1938 foi novamente chamado para compor a Missão de Pesquisas Folclóricas, enviada ao Norte e Nordeste. Como assinalou a prof. Caldeira Filho, “mostrou-se pesquisador eficiente

e dos brilhantes resultados da Missão parte substancial lhe é devida” (Vd. “O Estado de S. Paulo”, 24-10-1958; *A Aventura da Música*, São Paulo s. d., vol. I, pg. 128).

É absolutamente inquestionável que a mais importante realização do casal Braunwieser (Tatiana e Martin) consistiu na fundação da Sociedade Bach, que durou de 1935 a 1977. A esse tempo, a obra do mestre de Eisenach circunscrevia-se à música de teclado, com poucas incursões no repertório camerístico, orquestral e vocal, as mais das vezes de forma inadequada quanto ao estilo, aos rigores organológicos. O pianoforte se substituíra ao cravo, ao clavicórdio, porquanto não havia sequer um instrumento congênera na cidade de São Paulo. Cantatas, quer as de igreja quer as profanas, eram presenças esporádicas nas salas de concerto. A Sociedade Bach modificou em parte esse lamentável estado de coisas. Sem auxílio dos poderes públicos e contando com exclusividade com as poucas contribuições dos sócios, a entidade, numa admirável regularidade, realizou audições públicas mensais, de obras vocais e instrumentais, não apenas de Johann Sebastian como também de seus filhos Wilhelm Friedemann, Carl Philipp Emanuel, John Christian; Telemann, Handel, Pachelbel, Johann Gottfried Walther e muitos outros. Com o intuito de tornar compreensível ao público o sentido textual da obra, cantatas, motetes, árias, oratórios eram interpretadas em vernáculo, com resultados quase sempre insatisfatórios, até mesmo cômicos. Porém, como quer que seja, a presença da Sociedade Bach nos 42 anos de sua existência, com um saldo positivo de 500 audições, representou um esplêndido esforço artístico de Braunwieser e sua esposa Tatiana pianista, professora, dotada de esplêndida voz de contralto.

Enquanto compositor, a presença de Braunwieser na vida musical paulistana ficou assinalada por várias importantes realizações, como p. ex., o *Quarteto* para dois violinos, viola e violoncelo, em primeira audição absoluta em maio de 1956, pelo Quarteto de Cordas Municipal (Gino Alfonsi, Alexandre Schaffman, Johannes Oelsner, Calixto Corazza), merecendo do crítico Caldeira Filho a seguinte apreciação: “Toda a obra é tratada em linguagem muito moderna, atonal, com predominância da pesquisa harmônica, campo em que o autor chega a efeitos realmente interessantes e inéditos. Claro é que a preocupação harmônica se entrelaça com a exploração dos recursos oferecidos pelo ritmo e pela polifonia, o que dá à composição grande equilíbrio técnico. A harmonia moderna da qual estão ausentes a unidade tonal e a distinção entre consonância e dissonância é por vezes chocante para os ouvidos tradicionalmente educados. A essa assertiva objetam os compositores declarando que a música não foi feita para

agradar necessariamente. É justa, portanto, a pergunta: Será que ela foi feita necessariamente para desagradar?. Com esse **Quarteto n° 1** Martin Braunwieser responde categoricamente: não. Sua música é moderna, é avançada porque o ouvinte apreende imediatamente a integridade da composição, a unidade que a obra apresenta: ele sente a presença constante de um pensamento que vê claramente aonde quer chegar e que não se perde a divagar pelo caminho. A concisão do discurso e a nitidez dos contornos temáticos contribuem poderosamente para tal impressão". (ob. cit., I, pgs. 124-126).

Por outro lado, o Coral Paulistano, do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, por largos anos dirigido pelo maestro Miguel Arqueróns Verdaguer, de gratificante e nunca assás louvada memória, celebrou repetidas vezes em audições públicas as exímias harmonizações de cantigas e temas populares brasileiros, que Braunwieser realizou com muita felicidade, - que atestam "a afeição pela gente e pela terra que adotara como sua" (Caldeira Filho). Pela editora Irmãos Vitale, promoveu a publicação da coletânea **40 Cântones para duas a oito vozes** - peças vocais para uso da cadeira de Canto Orfeônico nos cursos secundários. Conforme explica o autor, **Cântone** (do grego, que significa "regra"), "é a exata repetição de uma melodia por outras vozes. Difere, pois, da **imitação**, que consiste em repetir a melodia ou partes de uma melodia por outras vozes, mas com liberdade, modificações melódicas ou rítmicas."

Nas poucas composições de Braunwieser estão a Sonata para violino e piano (1932) e o poema **Praia** para grande orquestra.

Foi um homem tímido, modesto, retraído ao extremo, de poucas palavras e poucos amigos, mas de extrema competência e uma ética impecável de conduta - qualidades que o tornaram "queridíssimo de toda uma população da qual nem sempre tomamos conhecimento, mas que é sensibílíssima às qualidades humanas e infalível nas suas reações afetivas: aludimos à variegada população de crianças que ferqüentavam os parques infantis da cidade e que tinham pelo seu orientador musical - o maestro Martin Braunwieser - verdadeira veneração. Vimo-lo ser recebido com excepcional alegria ao chegar para as aulas comuns, ser abraçado carinhosamente por garotos brancos e pretos, louros e morenos, e sensibilizar-se ao contemplar naquelas carinhas brasileiras, italianas, japonesas, espanholas, o sorriso luminoso de satisfação pela sua presença e, principalmente, pelo que iria seguir-se: jogos, cantos, brinquedos, aprendizagem de cantigas infantis folclóricas e populares, dramatizações, folias, todo um mundo de prazer e de auto-expressão vinculado à arte

socializante por excelência, a música. (...) Mais do que músico, mais do que professor, ele era um soberbo exemplar humano, dotado daquelas virtudes pelas quais o ser se dignifica ao mesmo tempo que dignifica os seus semelhantes. Seu coração se desmanchava em ternura por aquela criança humilde dos bairros proletários, cuja sinceridade de reações profundamente o tocava". (Caldeira Filho, ob. cit., I, pg. 128).

Ao fundar a Academia Brasileira de Música, Heitor Villa-Lobos (1887-1959) convidou o maestro Braunwieser a integrar o sodalício, na qualidade de acadêmico fundador. O mesmo gesto teve o prof. Roberto Schnorrenberg, ao qualificar seu egrégio colega na categoria de sócio honorário da Sociedade Brasileira de Musicologia, quando da sua fundação.

Esse eminente musicólogo, artista, pedagogo, maestro, a quem o Brasil, e São Paulo mui especialmente, deve uma soma incalculável de trabalhos, incentivos, realizações de alto nível musical, desapareceu tão silenciosamente como sua própria existência. Várias audições se realizaram da *Missa de Requiem*, K. V. 626, de Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791), comemorando o bicentenário de sua morte. Pois ninguém se lembrou de dedicar sequer um concerto à memória do Maestro Martin Braunwieser...

"NÃO SE PODE PENSAR SEMPRE, MAS SE PODE AMAR SEMPRE"

João RIBEIRO JÚNIOR

(Capítulo do livro inédito: **Estudos sobre
o Positivismo**)

Depois de afastar-se de uma jovem italiana de 25 anos, casada, chamada Paulina, com quem teve filha, que veio a falecer com apenas 9 anos de idade, Augusto Comte conheceu a prostituta de 19 anos, Caroline Massin, nas "Galeries de Bois", no "Palais Royal". (Essas "Galeries" consistiam em duas baixas galerias paralelas, que se separavam por uma ala de barracas, de ordinário alugadas a livreiros e a modistas. As prostitutas transitavam por ela, em busca de fregueses, que, ao menor sinal, conduziam a uma das numerosas casas que a vizinhança oferecia a este comércio). Caroline estava inscrita na polícia há dois anos, desde que fora abandonada pelo advogado Cerclet, secretário da presidência da Câmara dos Deputados e redator-chefe do jornal *Le Producteur*. Comte e Caroline passam, então, a viver maritalmente. Caroline vivia a abandoná-lo; mas sempre acabava por retornar, e Comte sempre a aceitava de volta, por medo da solidão. É isto que o faz propor casamento a ela. De imediato escreve aos pais para obter o consentimento, que a lei francesa exigia. Porém, eles, depois de tomarem informações a respeito da futura nora, respondem com uma recusa. Mesmo assim, Comte consegue fazer correr os proclamas, e realizar o casamento civil (19 de fevereiro de 1825). Um episódio desagradável precipitou a realização desse casamento. Era domingo, Comte, Caroline e um amigo estavam em um restaurante, quando surgiu um policial que, com gestos imperiosos, faz sinal à jovem para que o acompanhasse. Caroline pálida e sem jeito dirige-se para a saída; Comte levanta-se e agressivamente coloca-se entre o policial e a amante. O policial, então, explica que a jovem, como prostituta, tinha infringido a lei, pois não comparecera à inspeção sanitária; deveria, portanto, ser condenada a quinze dias de reclusão na prisão de São Lázaro. Para evitar vexames iguais no futuro, Comte resolve imediatamente casar-se, convidando, para padrinhos da noiva, dois agentes da polícia

francesa, amigos do casal, que se encarregaram de eliminar do livro de registro das prostitutas parisienses o nome de Caroline Massin.

Em 1844, Comte já se tinha separado definitivamente de Caroline, mas não se divorciara, por ser contrário ao divórcio. As suas relações com ela limitavam-se ao pagamento de uma pensão, que ele não cessou de lhe dar, apesar de seus apuros financeiros. Assim, aplicava a si próprio a regra por ele formulada: “o homem deve sustentar a mulher” (Catecismo Positivista. Rio, Templo da Humanidade, 1934, p. 346). Nessa ocasião, Sofia Bliaux Thomas, esposa do proletário Martin Thomas, passa a residir em sua casa, como empregada doméstica. Comte irá mais tarde adotá-la como filha. Sofia será, ao lado de Rosália (mãe de Comte) e Clotilde, uma das padroeiras da Religião da Humanidade.

Vivendo praticamente recluso, nos aposentos do nº 10 da rua Monsieur Le Prince, preocupado exclusivamente com o destino sócio-político de sua filosofia, veio a conhecer, casualmente, a irmã de seu antigo aluno Maximilien Marie: Clotilde. No dia 28 de agosto de 1845, na Igreja de São Paulo, Comte se apresentava com Clotilde para servirem de padrinhos do filho primogênito de Maximilien. Foi durante essa cerimônia, que Augusto Comte, com os olhos fixos em Clotilde, começou a amá-la apaixonadamente. Clotilde de Vaux contava 30 anos e Comte 46. Como ele, também ela fora casada, mas o marido a abandonara muito cedo. Seu marido Lepoquer de Vaux desviou dinheiro público confiado à sua guarda e outras quantias de particulares para pagamento de dívidas de jogo. Descoberto o delito, ele fugiu para nunca mais aparecer. A família de Clotilde acreditava que ele se tinha suicidado.

E desse encontro casual nasceu uma paixão romântica, um amor profundo, com todos os sintomas de primeiro amor experimentado, que produziu uma mudança na personalidade de Augusto Comte: o amargurado solitário transforma-se em homem apaixonado. Mas, Clotilde mostrou-se reservada. Sempre se julgou mais digna de piedade do que de ternura. A decepção de Comte é dolorosa; porém, para ele, embora Clotilde abusasse de seu privilégio feminino, admira-lhe a pureza e a lealdade que se impõe à sua adoração. Comte, depois de não conseguir que Clotilde o aceitasse como amante, tenta encará-la como irmã, e, finalmente, como filha adotiva.

Na verdade, Clotilde entendia que não estava mais na idade de travar novas relações amorosas. Comte insiste; ela se esquivava. Eis que um dia, Comte recebe uma carta dela que diz que teria o maior prazer em testemunhar, de viva voz, quer em sua casa, quer em casa de seus pais, o valor que ela dava ao interesse e à afeição que ele lhe dedica. Contudo,

Clotilde quer apenas amizade. Comte sofre ainda mais. É fácil imaginar a impressão que a leitura desta carta causou ao filósofo, no estado de exaltação a que haviam atingido os seus sentimentos. Ele a desejava sensualmente; a queria a todo custo. Clotilde, contudo, pensava apenas em retribuir benevolmente as atenções com que um filósofo respeitado pelo seu saber e o seu caráter a distinguia. Entretanto, acaba de provocar uma explosão amorosa, que iria mergulhá-la no mais acerbo acabrunhamento. É então que Comte acreditou ter chegado o momento de revelar-lhe a natureza real do sentido que ela lhe inspirava. E assim, quando menos esperava, Clotilde recebeu a ardente confissão do mais profundo amor. Coração magoado por tantas desilusões amargas, quem sabe a que tristes conjecturas e a que sombrios devaneios se entregou Clotilde quando soube dos verdadeiros intentos de Comte. Novas cartas, Clotilde reputa-se feliz pela amabilidade, mas pretende minorar a impressão que causara em Comte. Este insiste em seu amor. Novos temores de Clotilde. E por fim, ela lhe confessa que só lhe quer a amizade. Comte se ressentiu; dói-lhe profundamente tão tardia confissão. Então, Clotilde será sua irmã, já que jamais será sua amante. Nesse ínterim, ela escreve a novela *Lúcia*, cuja leitura enternece o filósofo até as lágrimas, e o leva a tecer mil ilusões românticas. Mas, Clotilde adoce seriamente com problemas de brônquios e abdominais. Preocupado, Comte confessa-lhe que o seu amor será como ela deseja: casto, puro. Ele lhe dará um amor divino! Sem poder visitá-la, Comte lhe escreve diariamente, de manhã e à tarde. Comovido com a situação da jovem, se apressa em apagar toda má impressão que sua paixão provocara. Sua imaginação dispara: por que não amar Clotilde como uma filha? Esta idéia de imediato tomou conta dele, que pensou mesmo em adotar a jovem a fim de que ambos pudessem viver sob o mesmo teto. Clotilde deixava, assim, de ser sua amante, sua irmã, para tornar-se sua filha. Mas a saúde dela continua a agravar-se; e, finalmente, um ano depois que conhecera Comte ("Um ano sem par"), falece. Era 5 de abril de 1846.

A dor e o desespero do filósofo acabaram se transformando numa exaltação de caráter religioso. Confidencialmente confessa a Stuart Mill o que sentiu com a morte de seu "primeiro e último amor": "Foi-me necessária toda a potência das minhas convicções filosóficas contra o suicídio fortificada pelo sentimento fundamental da alta missão social que me resta cumprir, para sobreviver sem hesitação à uma tal catástrofe". (*Lettres d'Auguste Comte a John Stuart Mill* (1841-1846). Paris, Ernest Leroux Édit, 1877, p. 306).

A morte de Clotilde modificou profundamente o pensamento de Augusto Comte, iniciando-se, então, um novo período em sua vida. Pro-

põe-se a desenvolver um programa de reforma social e a construir uma nova religião. E em 1847, Comte funda a religião da Humanidade, proclamando-se sumo sacerdote, e afirmando que “a grande concepção da Humanidade elimina irrevogavelmente a concepção de Deus”. (*Systeme de Politique ou Traité de Sociologie Instituant la Religion de l’Humanité*. Paris, Liv. Bailliere et fils, 4 ed. 1879, tomo I, p. 46).

Contudo, quase foram destruídas as obras desse período, fundamentais para o estudo da religião Positivista. Dois meses após a morte de Comte, sua ex-esposa Caroline Massin, agora amante de Littré, o discípulo querido de Comte, propusera uma ação para anular seu testamento, alegando que só havia loucura e aberração em sua concepção religiosa. Assim, reivindicava a propriedade das obras referentes à Religião da Humanidade, para destruí-las. O processo se arrastou por treze anos; sendo afinal decidido que a interessada não tinha competência para propor a ação.

"PAPAGAIOS AMARELOS" EM SÃO LUÍS

Mário BARATA

Um historiador e ex-conservador do Museu de Arte e História, de Genebra - a cidade das mais antigas edições em francês da obra de Jean de Léry sobre os franceses no Rio - publicou um bom livro sobre a fundação de São Luís do Maranhão e a tentativa da França Equinocial, baseado em releitura historiográfica e literária dos episódios em torno desta conquista e de seu final com a vitória dos portugueses e luso-brasileiros, destacando aqui um Albuquerque Maranhão, mestiço de Índia. Refiro-me à recente edição do livro de Maurice Pianzola, *Des Français à la Conquête du Brésil XVIIe siècle/Les Perroquets Jaunes* (ed. Zoe, Genève/L'Harmattan, Paris) no qual o autor reproduz com inteligência e sensibilidade numerosos trechos das obras de Yves d'Evreux e de Claude d'Abbeville, dois capuchinhos que foram os cronistas da tentativa francesa. Todavia, a sua bibliografia e indicação de manuscritos é bem maior; entre os últimos figura um do arquivo estatal de Turim, de 12pp., inédito. Pianzola destaca que o livro de d'Evreux foi destruído na França antes da sua vendagem, salvando-se milagrosamente três exemplares (hoje restam dois). "Papagaios amarelos" é como os tupinambás designavam os franceses normandos, por serem muitos deles ruivos ou louros e por falarem bastante...

Pianzola realça naturalmente a chefia do empreendimento por Daniel de la Touche, senhor de la Ravardiere, que desde 1605 preparava essa fundação da França Equinocial, que realizou em 1612, chegando em 6 de agosto à atual ilha de São Luís, no Maranhão. Seus companheiros mais importantes eram o nobre François de Razilly e o financeiro Nicolas de Harlay. Por indicação régia viajara também com eles Claude des Vaux, que anos antes estivera longo tempo na Paraíba, com índios, e que em 25 de dezembro de 1615 partiria com Castelo Branco para a fundação de Belém, como homem experimentado nas águas e terras de foz do Amazonas. Outros franceses de São Luís haviam viajado, entre 1612 e 1615, até o Pará. Em parte a fundação de Belém decorreria da conquista pelos franceses de base estratégica no Maranhão, ambas tendo acontecido no início do século XVII.

O primeiro capítulo do livro fala-nos dos “embaixadores tupinambás em Paris (homens nus no Louvre)”. Pianzola soube, na obra, destacar episódios ricos de significação ou de malícia, dando atualidade à sua narrativa. Para analisar a expulsão dos franceses cita também o historiador contemporâneo Max Justo Guedes, em seu capítulo na **História Naval Brasileira**, vol. 1. A bibliografia usada é rica e fez deste livro de Pianzola um trabalho importante, não só literariamente, mas também do ponto de vista historiográfico, que fará época nesta última década do século no plano dos estudos do nosso século XVII e suas imbricações com a França e com a disputa entre os colonizadores do Brasil a respeito da opção entre a evangelização e o massacre cruel dos índios, disputa que marcou bastante a chegada cristã ao Novo Mundo, pelas cobiça e violência dos conquistadores.

O governador geral Gaspar de Souza recebera em 12 de outubro de 1612 confirmação do encargo de mandar ocupar a foz do Amazonas, segundo Pianzola, “antes da chegada das informações da conquista francesa” à Península Ibérica. Todavia o rei de Espanha e Portugal já devia estar acompanhando, ao menos desde 1605, as atividades preparatórias da França Equinocial, que se somavam às notícias correntes sobre outros europeus no Amazonas. Tudo confluía para a necessidade de estabelecerem-se fortes lusos na região.

A iconografia publicada no presente livro inclui duas pinturas do holandês Eckhout, uma reproduzindo um tupinambá e outra um índia antropófaga tarairiú”. São obras de 1641. Os franceses não haviam trazido pintores, glória que viria a recair em Nassau, três decênios após, em nosso Nordeste, enquanto os lusos se preocupavam mais com a pintura religiosa para os seus belos templos.

SAGA DO RIO PARAÍBA DO SUL

José Luiz PASIN

Geograficamente, o rio Paraíba foi o caminho natural de penetração e circulação na região valeparaibana desde os primórdios do desbravamento e povoamento. Navegado pelos índios que habitavam as suas margens, ligava as tabas às trilhas que, partindo da sua margem direita, tomavam o rumo do mar: trilha dos Goianás (Cunha-Parati) e trilha dos Tamoios (Taubaté-Ubatuba). Os primeiros sertanistas que percorreram os sertões valeparaibanos em busca de índios, também utilizaram o rio como caminho natural de penetração, servindo-se de seus peixes para a sua alimentação. As primeiras entradas organizadas em São Paulo, em busca de metais (Brás Cubas, André de Leão, João Pereira de Souza Botafogo e outros), atravessaram o vale do Paraíba, descendo o rio até a altura de Cachoeira Paulista.

Os primeiros núcleos de povoamento estabeleceram-se à margem direita do rio: Taubaté, Guaratinguetá, Jacaré, Pindamonhangaba, Caçapava, Lorena. Todas estas cidades guardam até os dias atuais o nome de "Rua do Porto". Quando do grande ciclo minerador, iniciado no fim do século XVII e começo do XVIII, tendo como centro de irradiação a vila de Taubaté, o caminho natural para as Minas Gerais passava pela região valeparaibana, tendo como passagem obrigatória o "Porto de Guaypacaré", atual cidade de Lorena. Afí os viajantes, mineradores, aventureiros e mercadores pagavam o "direito de passagem", atravessando o rio em canoas. Em 1717, Dom Pedro Miguel de Almeida e Portugal, Conde de Assumar, capitão-general governador da Capitania de São Paulo-Minas, devendo tomar posse do cargo em Vila Rica, viajou parte do roteiro para as Minas em canoas pelo rio Paraíba. Em 1822, o viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, viajando de Minas Gerais para São Paulo, registrou em seu livro *Segunda viagem a São Paulo...* as passagens e navegação no rio Paraíba. Pela descrição de Saint-Hilaire percebe-se que, a partir do primeiro quartel do século passado, o rio Paraíba era navegável comercialmente entre Jacaré e Cachoeira (atualmente Cachoeira Paulista).

Durante o Segundo Reinado, coincidindo com a eclosão do "Ciclo do Café" em toda a região valeparaibana, houve numerosas tentativas particulares e oficiais para estabelecer linhas regulares de navegação a vapor, ligando as vilas e cidades, desde Jacaref até Cachoeira, terminal obrigatório das linhas de navegação. As atas das câmaras municipais de Taubaté, Lorena, Pindamonhangaba, Guaratinguetá contém informações preciosas, officios e relatórios sobre as possibilidades de navegação, as tentativas particulares, o interesse do governo provincial e a realidade da navegação a vapor no rio Paraíba, no período compreendido entre 1850 e 1880. Assim que foram divulgados os primeiros estudos para implantação de uma via-férrea ligando a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo, tendo como ponto terminal a estação de Cachoeira, intensificaram-se os pedidos de concessão ao governo da Província para o estabelecimento de companhias de navegação a vapor, suprimindo uma lacuna nos transportes da época. Através dos vapores os fazendeiros valeparaibanos exportavam a sua produção até o porto da Cachoeira e daí, por estrada de ferro, até o Rio de Janeiro, eliminando as tropas de burros que morosamente venciam os íngremes caminhos da serra da Bocaina e da serra do Quebra-Cangalha, demanadando os portos de Mambucaba, Parati, Ubatuba e São Sebastião.

A inauguração oficial do segundo trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando Cachoeira e São Paulo, em 1877, representou o primeiro golpe contra as linhas de navegação a vapor que operavam no rio Paraíba. O trem de ferro simbolizava o progresso, a segurança, a rapidez, a civilização, modernizando o vale paulista. Ao despontar o século XX, a navegação a vapor no rio Paraíba estava encerrada. O transporte ferroviário firmara-se em toda a região e os velhos vapores não podiam competir técnica e economicamente com os trens e locomotivas importados da Inglaterra.

O rio Paraíba desempenhou, pois, um papel importante na formação geográfica, no equilíbrio ecológico, no povoamento, na alimentação e na formação sócio-econômica das regiões por ele banhadas. No passado, serviu de formas diferentes às populações locais e alienígenas, promovendo a penetração, o desbravamento, o povoamento e as comunicações entre São Paulo e as Minas Gerais, as Minas Gerais e o litoral, São Paulo e o Rio de Janeiro. No "ciclo do café" foi a via natural para o escoamento e o intercâmbio comercial entre as várias cidades estabelecidas às suas margens.

Neste século, o rio foi sendo criminosamente abandonado em função da ferrovia e da rodovia. Hoje, ele é um rio moribundo, tendo atingido todos os níveis permissíveis de poluição, estando irremediavelmente condenado, a menos que medidas urgentes venham a ser tomadas pelas

autoridades federais, estaduais e municipais, o que não nos parece viável nem exequível nos vários planos e projetos em desenvolvimento na região. Tornar o Paraíba novamente navegável e organicamente limpo é um imperativo econômico e social, uma necessidade premente e uma questão vital para o equilíbrio ecológico de toda a região valeparaibana e do próprio Estado do Rio de Janeiro. Este compromisso deve ser assumido por todos, constituindo-se numa bandeira de lutas e reivindicações, integradas por todas as pessoas de bom senso e que tenham um mínimo de respeito para com a natureza e, principalmente, para com as gerações vindouras.

(De uma publicação do Museu "Frei Galvão", de Guaratinguetá, de 1980).

A VIAGEM DE SAINT-HILAIRE À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Mário DONATO

(A morte de Mário Donato em abril do corrente ano privou as letras brasileiras de um dos seus grandes valores. O responsável por esta publicação ocupou-se dele em artigo publicado no jornal "A Federação", de Itu, no dia 23 de maio. Nele, fez-se referência a um artigo do saudoso escritor publicado em "O Estado de S. Paulo", no dia 18 de maio de 1940, comentando a tradução que havia pouco fora publicado pela Editora Martins, da *Viagem à Província de São Paulo*, de Auguste de Saint-Hilaire. "Apreciação realmente modelar do grande livro, demonstrativa do cuidado e do critério com que Mário Donato desempenhava seu 'métier' de crítico literário". O grande e saudoso escritor foi sempre muito amigo desta publicação, razão pela qual, em sua memória aqui se transcreve o referido artigo publicado há mais de 50 anos no grande órgão da imprensa paulistana, em que Mário Donato colaborava regularmente. N. da R.).

É uma alta e fascinante aventura espiritual, a que nem sempre podem entregar-se os homens inquietos do nosso tempo, a leitura da narrativa que Auguste de Saint-Hilaire escreveu sobre o lombo dos seus burrinhos trotadores, quando viajou pela Província de São Paulo, de volta de uma excursão a Goiás, e a caminho do sul do Brasil. Os olhos perdem a memória dos "comunicados de guerra" capciosos, os ouvidos deixam de pressentir o rumor apolítico dos choques das tropas motorizadas, e a sensibilidade desaprende a comoção de saber os homens matando os homens, como há tanto tempo, como sempre.¹

É a imaginativa cria outro panorama. A visão recua no tempo. As avenidas claras e arejadas despenham-se em ladeiras abruptas, o macadame fragmenta-se em desunidos paralelepípedos. Os arranha-céus diluem-se como sombras na garoa, os lampiões crescem à beira das sarjetas e os

(1) Lembremos que o autor escrevia num dos momentos mais cruciantes da Segunda Guerra Mundial. (N. de R.)

sobradões atarracados, com varandinhas de ferro sobre a rua, se amontoam e tomam conta da provinciana Piratininga nascente.

Não se ouvem "klaxons" nem os pesados elétricos se arrastam penosamente sobre os "rails" paralelos.² Na distância não estrugem receptores de rádio e, aqui e ali, já não se surpreendem mais os trilos dos vigilantes do sono da cidade. Tudo é sombra dentro da noite que o nevoeiro encheu de algodão. E a aventura começa.

*

A 24 de setembro de 1819, transpondo o rio Grande, é que o jovem botânico Auguste de Saint-Hilaire principia a percorrer a província de São Paulo, no lombro de um bíblico burrinho, acompanhado apenas pelo criado que trouxe da sua terra e um ou outro arriero providencial que encontra nos pousos onde se demora. Vão-lhe no encaço, escorrendo pelos lombos de outros burrinhos trotadores, as suas preciosas malas, onde ele acondiciona pacotinhos de ervas e pássaros preparados.³

Nada lhe escapa. O clima, a salubridade e a fertilidade das terras, a beleza dos panoramas, o tipo e a índole dos habitantes, as leis e os costumes, a história e as lendas, tudo vai anotando pacientemente, com aquela sua péssima caligrafia, culpada de tantos erros na grafia dos nomes brasileiros, na edição póstuma do seu manuscrito sobre a viagem ao Rio Grande do Sul, publicada por R. de Dreuzy, em 1887.⁴

(2) "Klaxon" significa, aqui buzina de automóvel. O nome deriva da marca de um desses acessórios. Buzina estridente, apta a chamar a atenção do mais desatento transeunte.

(3) Nascido em 1779, Saint-Hilaire contava já 40 anos quando esteve em São Paulo. Portanto, a expressão "jovem botânico" empregada por Mário Donato é pouco adequada. O grande viajante andou pelo Brasil entre 1816 e 1822. Quase dez anos depois (1831) começou a publicar seus preciosos relatos de viagem. O volume em que se insere a parte relativa a São Paulo, objeto deste comentário, só foi publicado em 1851

(4) Saint-Hilaire, de fato, deixou inédita a última parte de seus relatos de viagem, referente ao Rio Grande do Sul e Província Cisplatina (na época pertencente ao Brasil) e contendo, ainda, o relato de uma segunda viagem empreendida a São Paulo, quase às vésperas de sua partida para a Europa. Esse volume só veio a ser publicado em 1887, mais de 30 anos após o falecimento do autor. As grafias erradas de topônimos brasileiros só ocorrem nessa parte de seus relatos e provavelmente sejam mesmo decorrência de sua má letra, que o editor, nada sabendo de português, não teve condições de decifrar. Nos volumes publicados em vida do autor, tais erros raramente aparecem. Saint-Hilaire conheceu bem nossa língua e foi sempre muito cuidadoso na grafia dos nomes de localidades. A primeira tradução integral deste volume póstumo só apareceu em 1987 (Porto Alegre, Martins), - precisamente um século após sua publicação em França! -, em tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. A tradução anterior, de Leonam de Azevedo Pena, com três edições, não é completa, pois omite os capítulos relativos à Província Cisplatina. E os capítulos referentes à "segunda viagem" a São Paulo foram traduzidos primeiramente por Afonso de Taunay (1932) e, posteriormente, por Vivaldi Moreira (1974).

A 20 de outubro do mesmo ano, entra na cidade de São Paulo, "incontestavelmente a mais bela de todas por mim visitadas desde que estava no Brasil", diz ele. Aqui permanece, observando e anotando tudo que vê. Lança-se pela história da Província, desde a sua fundação pelos jesuítas. Decompõe a população em classes. Conta as casas. Localiza a posição da cidade. Aprecia os seus panoramas como poeta. Descreve as ruas, as praças, as casas, os mobiliários, as igrejas, os conventos e os próprios oficiais. Nada lhe escapa. É o comércio e os comerciantes, o temperamento dos paulistas e os seus incipientes problemas sociais, como a prostituição e o artesanato. E até a pronúncia, ele, que é francês, repara e anota com infinitas precauções. Mas porque continua na cidade, onde o recebe o capitão-general João Carlos Augusto d'Oyenhausen, desenvolve mais ainda suas observações sobre o que é São Paulo. Conta-nos o que era um "jantar oficial", um espetáculo de gala e o trato da família bandeirante. Depois segue com destino a Santos, e ainda estuda, pelo caminho, apeando do seu burrinho e correndo, com o seu bom criado Laruotte, para apanhar espécies de plantas desconhecidas, ou caçar, com o mal-humorado José Mariano.

De Santos, volta a São Paulo e, a 9 de dezembro de 1819, parte em demanda do Rio Grande do Sul, começando por visitar Itu, Porto Feliz e Sorocaba. Prendem-lhe a atenção todas as coisas que avista. É a natureza, os homens, os costumes. E anota. Visita Ipanema, cuja história não se esquece de contar. Daí, segue para a então vila de Itapetininga, cujos campos pesquisa demoradamente. Chega até os Campos Gerais. Conta a história dos campos de Guarapuava, onde, em 1812, o abade Chagas principiara a sua missão de ministrar instrução aos indígenas embrutecidos pelo vício. Visita a então vila de Itapeva e, a 25 de janeiro de 1820, chega até a aldeia de Itararé, onde termina a sua caminhada dentro da Província de São Paulo.⁵

*

Dos mais ricos e abundante é o material que os estudiosos poderão colher nessa obra de Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*, que o sr. Rubens Borba de Moraes traduziu e prefaciou para a Livra-

(5) Cumpre observar que na época da viagem de Saint-Hilaire, o atual Paraná fazia parte de São Paulo, pois só em 1853 emancipou-se. É portanto inexplicável que Rubens Borba de Moraes tenha detido sua tradução em Itararé, deixando de fora a parte relativa à então chamada "Quinta Comarca".

ria Martins, cujas cuidadas edições vêm merecendo o justo elogio de quantos acompanham o desenvolvimento do nosso mercado de livros.⁶

Os curiosos como nós, no entanto, não ficam à margem nem deixam de ser regiamente recompensados pela leitura atenta que fizeram dessa pitoresca narrativa. As afirmações de Saint-Hilaire, nem sempre certas, se perdoam com as suas apreciações nem sempre justas, mas que nos favorecem. Isso não passou despercebido ao sr. Rubens Borba de Moraes, tradutor da obra, que, no prefácio, ressalta a simpatia e o desejo de compreensão que revestiam o escrupuloso viajante, ao enfrentar a gente que vivia espalhada pelas terras despovoadas do Brasil de D. João VI. Saint-Hilaire, às vezes, não compreende as coisas inexplicáveis que se lhe deparam na terra exótica. E deixa, então, de julgá-las. Mas se as julga, o faz com benevolência e profundo espírito humanitário, procurando desculpas que lhe fornecem a história dos colonizadores e as necessidades dessa época ingente de transformação do país colonial.

Não se plantam diante da sua compreensão somente os grandes primeiros planos das coisas ou dos acontecimentos. Atenta, sincera e curiosamente, tanto nos lances épicos dos paulistas que se embrenhavam pelas selvas como uma "raça de gigantes", para prear o índio arisco, segundo os relatos históricos, como no excesso dos "bichos de pé" que devoravam os habitantes do lugarejo de Rio das Pedras, um dos primeiros pousos da sua viagem ao entrar na Província.

Tudo que vê, anota. Assim, a cidade de Franca, por onde ele passou em 1819, não foi esquecida quando escreveu o seu livro, já em sua terra natal. E ali está, na "Viagem", que em 1838, um indivíduo de nome Anselmo Ferreira de Barcelos chefio uma revolta; as atrocidades sobrevieram, as pessoas de bem fugiram, e o crime triunfou. Como andava bem informado das coisas do Brasil! Em 1840 - anota, ainda - na Assembléia Legislativa Provincial, o presidente Manuel Machado Nunes lamentava as penosas dificuldades em que se encontrava a autoridade pública para manter a ordem nos lugares afastados como aquela cidade, onde os magistrados não puniam os criminosos por medo de serem as suas próximas vítimas!

De vez em quando, lá aparece a figura pitoresca e ranzinza de José Mariano, que Saint-Hilaire empregava como caçador e preparador dos seus pássaros. É o caso da picada de cascável de que esse serviçal foi vítima,

(6) O volume integrava a preciosa coleção denominada "Biblioteca Histórica Brasileira", na qual mais de vinte volumes foram publicados entre 1940 e 1952, quase todos constituídos de preciosos relatos de viajantes estrangeiros que andaram pelo Brasil: Rugendas, Debret, Kidder, Burmeister, Luccock, entre outros.

e que o viajante jamais conseguiu saber se fora verdade, pois o doente não morreu e afirmava que estava “curado” por um “benzedor” qualquer...

Mais adiante, quando passa pela Fazenda “Paciência”, preocupa-se novamente com os “bichos de pé” e, em Batatais, com os amuletos que os homens e as mulheres traziam pendurados ao pescoço, a fim de preservar-se do “mau olhado”...

Interessantíssimo é o seu diálogo com um bando de ciganos que encontrou em Urussanga. Em tom de brincadeira, Saint-Hilaire falou a um deles da pouca probidade de que é acusada a raça cigana. “Eu engano tanto quanto posso - respondeu-lhe o homem - mas todos os que comigo negociam fazem o mesmo. A única diferença que existe entre nós é que eles dão altos gritos quando se vêem embrulhados, ao passo que se me embrulham, nada digo a ninguém!”.

Depois da batalha de Iena, conta ele, o governo português, querendo estabelecer em Lisboa uma fábrica de armas, especialmente de fuzis, contratou operários da manufatura real de Spandau, que então estavam desocupados. Quando D. João VI se instalou no Brasil, esses operários também vieram para o país, permanecendo alguns anos no Rio de Janeiro, quase sem nada fazer, e, por fim, foram encaminhados para São Paulo, onde se encontravam há cerca de três anos quando por aqui passou Saint-Hilaire. Nesse tempo, produziam seiscentos fuzis com ferro de Ipanema e as coronhas com “Pau d’alho”. Eram em número de dez os mestres alemães, e sessenta os operários nacionais. Saint-Hilaire, num rasgado elogio à capacidade dos paulistas para o artesanato, anotou que a maioria daqueles mestres já se encontrava praticamente inutilizada, - pois eles ganhavam muito e a “cachaça” era barata - cabendo as honras dos serviços aos aprendizes, fiada nos quais, logo depois, a administração pôde dispensar o trabalho de estrangeiros.

Mas logo adiante, não quis deixar de registrar que “em nenhum país os artífices sejam tão preguiçosos e tão pouco exatos no cumprimento dos seus tratos e no desempenho dos mesmos com honestidade, como em São Paulo”. Não que fossem pouco inteligentes: os que precisavam trabalhar para viver, com pouco viviam. O vestuário era baratíssimo, a alimentação pouco mais do que de graça, não conheciam o uso de móveis e não tinham, mesmo, verdadeiras camas. Acresce que, por alguns vinténs, podiam tomar enormes carraspanas!

Aliás, mais para diante, Saint-Hilaire teve que entrar em contacto direto com os artífices paulistanos. Foi quando, em São Paulo, procurou mandar fazer algumas malas para os seus pacotinhos de ervas e

pássaros preparados. Nas lojas não havia coisa que servisse. Encomendou-as a um marceneiro que, mediante dinheiro adiantado, prometeu entregá-las dali a duas semanas. Foi preciso, alguns dias mais, ameaçá-lo de prisão para que continuasse a trabalhar. Não adiantou a ameaça. Apareceu o homem, no outro dia, comunicando que não possuía madeira... Assim, quando se procurava obter qualquer coisa em São Paulo, de pouco valia o dinheiro. Era mister fornecer couro ao correiro, linha ao alfaiate, madeira ao marceneiro. "Uma pessoa de destaque estabelecida em São Paulo, informa Saint-Hilaire, é quem lhe explicou como agia quando precisava de um par de sapatos: encomendava-os a vários sapateiros ao mesmo tempo, pois sempre havia alguma probabilidade de encontrar, entre eles, algum que se resignasse a cumprir a incumbência, premido pela falta de dinheiro.

Não havia em São Paulo uma classe de homens dedicados a produzir com constância artefatos para o consumo interno. O indivíduo que fosse senhor de um ofício qualquer, não produzia com continuidade. Não capitalizava e não se preocupava com o dia de amanhã. O nível extremamente baixo da vida paulistana permitia-lhe vegetar no isolamento do planalto, onde não existia o regime de trocas com o exterior, estado de coisas esse que somente teve paradeiro quando foi possível estender até o porto de Santos as possibilidades dos paulistas.

Saint-Hilaire, todavia, observando com os olhos claros do entendimento as habilidades dos paulistas, e ainda considerando a situação geográfica do planalto, não hesitou em afirmar que, quando o Brasil chegasse ao ponto de possuir uma indústria, seria São Paulo o centro mais propício para a sua instalação. E não se enganou Saint-Hilaire!

*

À primeira tradução da **Viagem à Província de São Paulo segue-se o Resumo das viagens ao interior do Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. Fonte de informações seguras para os estudiosos da nossa história, manancial farto para os sociólogos, para os que se interessam pelos problemas vitais do país, e que tiveram a sua origem nos primeiros dias da formação do país, e mesmo para a curiosidade sempre insatisfeita dos que se entregam a aventuras espirituais pelos livros de viagens, a narrativa de Saint-Hilaire a todos oferece uma infinita variedade de atrativos. É a ele que

pertence a primazia da síntese da história de São Paulo; é ainda neste seu livro que se encontram as vigas mestras da arquitetura da nossa formação como povoadores do altiplano da Serra do Mar.

O sr. Rubens Borba de Moraes soube desenvolver, no prefácio com que apresenta o livro, interessantes considerações sobre o isolamento dos paulistas, abeberando-se nos informes deixados por Saint-Hilaire.

Os navegadores que desciam a costa tocavam os grandes portos, nas cidades ricas, de comércio próspero, como Pernambuco, Bahia e Rio. Mas passavam ao largo do insignificante porto de Santos, que não possuía riqueza própria e não carregava, por causa da intransponibilidade da serra, a produção que o "hinterland", por sua vez, não possuía senão para o seu consumo interno, e justamente pela mesma razão. Empoleirado no alto da Serra, já nos primeiros anos São Paulo deu as costas ao mar. Piratininga vivia só, enquanto o resto do Brasil recebia as ordens e a civilização da metrópole portuguesa. Isolados, bastando-se a si próprios, desconhecendo outras vontades que não as suas, por pouco que os paulistas não elegeram um rei, o espanhol Amador Bueno da Ribeira, quando o Duque de Bragança foi proclamado soberano de Portugal sob o nome de D. João IV, e os portugueses readquiriram a sua nacionalidade, libertando-se do jugo espanhol. E embora quisesse aclamar rei a um espanhol como Amador Bueno, não os levava a isso o amor ou a obediência às cortes de Espanha, mas sim o desejo de se verem livres quanto antes da dominação européia. O tumulto facilitava-lhes extraordinariamente os planos. E só à ligeireza das suas pernas é que o ponderado Amador Bueno deveu não ser esfolado vivo pelos ardorosos paulistanos, que precisavam de um rei exclusivamente seu, embora no resto do país já tivesse sido aclamado o nome de D. João IV, rei de Portugal e colônias.⁷

Esse desapego do paulista pelo mar, para onde poderia carrear o que produzisse, promovendo o regime de trocas com os navegadores, levou-o a descuidar a agricultura que somente explorava na medida das necessidades do consumo interno, e ainda a internar-se pelos sertões, onde a sua bravura e impiedade faziam lucro fácil da caçada ao gentio ou da busca dos "El-Dorados".

(7) Houve, aqui, um lapso de Mário Donato. Amador Bueno da Ribeira não era espanhol. Era paulistano, filho de um espanhol e uma índia. De fato, sua aclamação para "rei de São Paulo" representou forte manifestação do grupo espanhol que não se dispôs a aceitar a emancipação de Portugal.

A Saint-Hilaire só escapou a observação de que ao espírito de aventura dos paulistas é que deve o Brasil a sua expansão.⁸ E também não compreendeu, como ainda reprovou, a justificativa da falta de braços, que sempre se apresenta para as arrasantes incursões dos paulistas pelos sertões de todo o Brasil...

A indústria brasileira, cuja instalação Saint-Hilaire vaticinava mais propícia em São Paulo, supriu o braço escravo nas lavouras nascentes, quando a civilização paulista se ligou ao mar, através da Serra. Daí, diz o sr. Rubens Borba de Moraes, "a curva do progresso paulista acompanha a curva do tráfego da estrada de ferro. A riqueza veio com a locomotiva entre o planalto e o mar".

O jovem botânico falhou muitas vezes quando observou e julgou, e algumas outras vezes quando predisse ou tentou, apressadamente, condenar. Redime-o dessas falhas inevitáveis, no entanto, a transcendência da obra que realizou, historiando e documentando, com zelos desvanecedores para nós, as condições da Província de São Paulo nas vésperas da independência do Brasil.

Não tripudiando sobre tais falhas e erros, perdoáveis numa obra do porte da *Viagem à Província de São Paulo*, Auguste de Saint-Hilaire merece que lhe reconheçamos, ainda hoje, depois de quase um século,⁹ a fidelidade e a simpatia com que observou a nossa terra e a nossa gente, o que muitos nacionais deixaram de fazer, quiça por desleixo, e outros estrangeiros, como ele, não o fizeram, decerto por má vontade, quando daqui não saíram dizendo "cobras e lagartos" do que nos é mais caro.

(8) Não foi muito feliz este conceito de Mário Donato, segundo o qual escapou a Saint-Hilaire a observação de que ao espírito de aventura dos paulistas ficou devendo o Brasil a sua expansão. Uma leitura atenta do resumo histórico que antecede o relato da viagem, pelos numerosos exemplos que cita, referentes à expansão paulista, leva-nos a considerar de maneira diferente o problema levantado pelo comentarista. Uma só frase basta: "... e foi assim que os paulistas começaram a povoar o interior das terras, incorporando à monarquia portuguesa regiões mais vastas do que muitos impérios" (p. 35).

(9) Atente-se que este artigo foi publicado em 1940, sobre um livro por sua vez publicado em 1851. Daí se entender a expressão "depois de quase um século".

O LIVRO DA CAPA VERDE

Joaquim Felício dos SANTOS

Para o governo da nova administração (do Distrito Diamantino) foi organizado o regulamento de 2 de agosto de 1771; é o célebre Regimento Diamantino, pelo qual fomos governados até a época da Constituição. Por ordem de 20 do mesmo mês foi remetido ao Intendente Francisco José Pinto de Mendonça um exemplar impresso para ser publicado no Tijuco, devendo depois ficar reservado e ser registrado no livro dos registros, para quem aí o quisesse ler, sendo absolutamente proibido tirar-se qualquer cópia ou traslado: tal era a importância e respeito que se devia tributar ao regimento! Como os livros bíblicos, proibiu-se copiá-lo! Mas esta proibição nunca se observou e há ainda hoje numerosas cópias manuscritas.

O único exemplar remetido ao Intendente veio impresso "in folio" e encadernado com capa de marroquim verde: por esta razão o povo o denominava **Livro da capa verde**, e com este apelido era geralmente conhecido. **Regimento Diamantino** era o seu nome oficial.

Livro da capa verde! Palavra que excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantalho, que continha os criminosos. O brasileiro não se recorda com mais horror da Ordenação do livro 5º, o ateniense não falaria com mais respeito do código sanguinário de Dracon! Se os tijuquenses tivessem algum dia de fazer uma revolução, seria com o fim de obterem a sua revogação. Quando em 1821 se proclamou a constituição das Cortes no Tijuco (e nós também fizemos a nossa pequena revolução), de envolta com os vivas, que demos à liberdade, ouviram-se repetidos morras ao **Livro da capa verde**.

Não é porque no Regimento Diamantino houvesse muita coisa nova, além do que já se achava estabelecido pelas leis, bandos, ordens e portarias anteriores; mas ele era como um resumo ou compilação de todas essas disposições publicadas em diferentes tempos e circunstâncias, conferindo ao Intendente um amplo poder discricionário, partilhado pelo fiscal, caixas e outros empregados da administração.

Esse regimento, como disposição peculiar para o Distrito Diamantino, não se encontra nas nossas coleções de leis. Daremos um resumo de suas disposições.

Aos três caixas, de que já falamos, foi incumbido determinar anualmente, com a intervenção e a aprovação do Intendente, todos os trabalhos de mineração, que se tivessem de fazer no tempo das águas e da seca separadamente, com audiência dos administradores dos serviços parciais, tendo voto muito atendível o administrador-geral. Os serviços dos rios deviam ser feitos lavrando-se de baixo para cima, a fim de se não entulharem os lugares ainda virgens.

Foi determinado que o Intendente mandasse descrever em um livro de matrícula todos os escravos, que se achavam na demarcação, com seus sinais, idades, naturalidades e nomes de seus senhores; não se podendo fazer sua alienação por venda, troca ou qualquer outro título, sem se manifestar na Intendência o novo domínio; depois do que nenhum escravo poderia mais entrar no distrito sem licença expressa do Intendente. O escravo que entrasse de novo sem licença, ou não estivesse matriculado, devia ser condenado a três anos de galés pela primeira vez, e a dez na reincidência.

“Às pessoas residentes no Serro do Frio, diz o art. 10 do Regimento, e terras demarcadas, que nelas têm casas, roças, lavras, officio ou negócio, ordeno que no termo de quinze dias, contados da publicação deste regimento, se apresentem ao intendente; que este, ouvindo os administradores e o fiscal, depois de haver procedido a um rigoroso exame, pelo qual conste que são pessoas ocupadas com boa-fé nos sobreditos ministérios, lhes conceda licença por bilhetes por ele assinados para se conservarem nos lugares de suas respectivas residências; registrando-se em um separado livro de matrícula todos os sobreditos, com a declaração de seus respectivos empregos e exercícius, para assim poder constar em todo o tempo quais são os que assim pretendem se introduzir por modo clandestino.

“Que as outras pessoas, que se não puderem legitimar na sobredita forma, sejam notificadas para saírem das referidas terras no termo de quinze dias precisos, debaixo da pena de serem presas e remetidas à sua custa para o Rio de Janeiro, para ficarem reclusas nas cadeias daquela Relação por tempo de seis meses, e voltando sem licença às referidas terras, sejam presas e remetidas às mesmas cadeias para delas serem transportadas ao reino de Angola por tempo de seis meses.

“Que a respeito daqueles que se quiserem legitimar, para se irem de novo estabelecer no Arraial do Tijuco, ou qualquer outro dos arraiais

vizinhos aos serviços, se examine na forma sobredita: 1º qual é a justa causa, com que querem se estabelecer nas ditas terras; 2º quais os seus teres e haveres; 3º qual é o negócio que manejam: para que, pela combinação dos referidos fatos, se conclua com justa causa para se admitirem; ou se contrariamente são traficantes, e por tais suspeitos, para serem logo notificados e obrigados a saírem, debaixo das penas acima ordenadas, não sendo achados em culpa que mereça maior castigo”.

Preferimos, sempre que se nos oferece ocasião, transcrever textualmente as disposições das leis a resumi-las: a linguagem do despotismo tem certa força e energia, que não será fácil imitar nos nossos tempos. Desculpe-nos, pois, o leitor qualquer excesso de transcrições.

Antes do novo Regimento, muitas vezes os despejos de pessoas suspeitas só se faziam para fora da demarcação; como porem esta pena a experiência mostrou ser insufficiente em alguns casos, o art. 13 determinou que o Intendente não ordenasse despejos senão pelo menos para fora da comarca.

“Por haver tido informação, diz o art. 14, que entre os notificados para despejarem tem havido alguns, que porfiando obstinadamente em estarem presos por não assinarem o auto de despejo, fizeram da mesma prisão maiores contrabandos do que faziam antes, quando estavam soltos, determino que todas e quaisquer pessoas, de qualquer estado, qualidade ou condição que sejam, que no preciso e peremptório termo, que se lhes determinar, não assinarem o auto de despejo, que se lhes intimar, sejam autuadas por desobedientes aos meus reais mandados, e remetidas às cadeias do Rio de Janeiro, e sejam delas transportadas ao reino de Angola, para nele me servirem e nele ficarem por tempo de dez anos. Determino que a jurisdição do intendente seja, nos casos de despejos, privativa e exclusiva de toda e qualquer outra jurisdição; e tudo o que a este respeito determinar, em junta com os administradores, se execute sem apelação, agravo ou recurso algum, que não seja para minha real pessoa imediatamente”.

No art. 23 se mandou que os empregados da administração, que se despedirem ou forem despedidos, saíssem logo para fora da comarca por ordem do Intendente, e esta ordem fosse imediatamente executada sem recurso algum.

Em toda a demarcação foram permitidas as lavras auríferas do Morro de Santo Antônio, Córregos de São Francisco e das Bicas, e cassadas e proibidas todas as mais, que anteriormente haviam sido concedidas; ficando exclusivamente pertencendo a El-Rei a faculdade conceder outras lavras. Os motivos desta proibição foram: 1º, ter a mineração do ouro dado

pretexto à introdução de muitas pessoas, que vieram se estabelecer no distrito; 2º, a carestia dos gêneros alimentícios, porque muitos roceiros tinham abandonado a cultura pela mineração do ouro, por mais lucrativa e menos laboriosa; 3º, o estrago das terras minerais e o entulho dos rios, para os quais corriam os enxurros e despejos das lavras auríferas; 4º, o extravio dos diamantes, porque nas terras diamantinas o ouro quase sempre se acha de mistura com o diamante, e mesmo em alguns lugares é formação.

Assim, a mineração do ouro voltou ao estado do ano de 1740 na Intendência de Rafael Pires Pardinho, quando se estabeleceram os contratos.

O art. 30 autoriza a todo soldado do destacamento dos Dragões ou pedestres a dar busca repentina em qualquer casa ou pessoa, havendo suspeita de traficância de diamantes, conduzindo depois a tomadia e o indiciado à presença do Intendente. Procurou-se assim estabelecer o depotismo militar. Podem-se conjeturar os abusos, que necessariamente deviam resultar desta autorização, e de fato resultaram, como se verá da continuação deste escrito.

A despeito das denúncias se determinou que fossem dadas em segredo, não se lavrando delas auto algum, a fim de se animar os denunciantes com certeza de ficar seu nome desconhecido. O denunciante devia escrever a delação em um papel, com a declaração de todas as circunstâncias e provas do delito, sem ser necessário assiná-lo. Este papel era entregue pessoalmente ao Intendente, ou a algum dos caixas, que o assinava com declaração do dia, mês e ano em que lhe fora apresentada, e depois de assim legalizado o entregava ao denunciante. Este papel tornava-se por esta forma um título ao portador, e por conseqüência podia ser transferido, negociado, vendido, doado ou alienado por qualquer maneira. Depois se tratava de processar o denunciado. Feito e liquidado o confisco, entregava-se ao portador do título a parte, que por lei competia ao denunciante, e, se o portador era escravo, ainda se lhe conferia a liberdade em nome de El-Rei.

Foi esta uma invenção bem engenhosa, digna do gênio e inspiração do despotismo: um filho podia denunciar o pai, um irmão o irmão, um amigo o amigo, um escravo o senhor, depois receber o prêmio da denúncia e ficar desconhecido o nome do denunciante!

O art. 22 recomenda, muito especialmente, que aos denunciantes se pague, com toda a pontualidade e exatidão, o prêmio que lhes é devido pela denúncia.

O art. 34 manda que o Intendente reduza as lojas, vendas e armazenas do Tijuco, Vila do Príncipe e arraiais circunvizinhos ao número

que for restritamente necessário, não se podendo estabelecer mais outras para o futuro; devendo os gêneros dos negócios, que se suprirem, ser comprados pelos donos dos que ficarem subsistindo, pelos preços em que combinarem, e na falta de combinação, pela avaliação, que derem louvados nomeados pelo Intendente.

No art. 37 se renova a sempre repetida proibição de pessoa alguma poder entrar no Distrito Diamantino, sem licença por escrito do Intendente; a qual deverá ser requerida, vindo acompanhado o requerimento de um bilhete da polícia, ou das justiças do lugar onde o impetrante houver saído, mostrando o negócio, que tem de fazer, ou lugar para onde se dirige. Os mesmos roceiros e condutores de gêneros alimentícios não poderão obter senão licenças anuais para entrarem na demarcação, mostrando que não são suspeitos.

Aos caixas se concedem muitos privilégios: não podem ser presos senão por expressa ordem régia, salvo em flagrante delito, que mereça pena capital; são-lhes concedidas as mesmas homenagens, de que gozavam os deputados da Companhia de Pernambuco; têm o privilégio de aposentadoria ativa e passiva, e não são obrigados a servir os cargos do conselho e das milícias; é-lhes facultado o uso de todas as armas proibidas, podendo em suas viagens ser acompanhados de um ou dois soldados dragões.

Falecendo intestado qualquer caixa, o juízo dos ausentes não podia intervir na arrecadação de seus bens, que se fazia e se liquidava pelo Intendente.

O art. 53 diz: “O desembargador intendente será juiz conservador da administração e de todos os que se acharem atualmente empregados nela; e, como juiz privativo de todas as suas causas, poderá avocá-las ao seu juízo, não obstante quaisquer exceções declinatórias ou privilégios, que em contrário possam alegar as partes interessadas. O mesmo privilégio será extensivo a todas as pessoas, que se ocuparem na administração e nela tiverem incumbências ou fizerem serviços”.

Este artigo ainda foi ampliado pelo art. 11 do alvará de 23 de maio de 1772, que diz:

“Sou servido ampliar o art. 53 do regimento de 2 de agosto de 1771 a todos os habitantes das terras diamantinas, para que as questões, que entre eles houver, sejam sentenciadas pelo intendente sumária, verbalmente e de plano, pela verdade sabida e sem figura alguma de juízo, sendo ouvido o fiscal nas causas de valor de 100\$000 ou daí para cima, para cujos efeitos derrogo e hei por derogadas todas as ordenações, leis e disposições de

direito em contrário, como se de todas e de cada uma delas fizesse especial menção”.

Assim ao Intendente foi conferida toda a jurisdição contenciosa do distrito; ele decidia administrativamente todas as questões as mais difíceis e complicadas, embora dependessem de alta indagação. Por esta razão foi aqui proibido o exercício da advocacia. O alvará citado diz:

“Sou servido proibir que dentro do distrito das terras diamantinas possa residir bacharel algum formado, debaixo das penas de ser remetido à sua custa ao Rio de Janeiro e de seis meses de cadeia debaixo de chave nas prisões daquela Relação. Excluo porém os que forem naturais das referidas terras, contanto que nelas não exercitem a advocacia, porque exercitando-a incorrerão nas sobreditas penas”.

Tal foi o célebre Regimento Diamantino, que se publicou no Tijuco no dia 6 de janeiro de 1772, e pelo qual fomos governados no espaço de meio século.

(**Memórias do Distrito Diamantino**, pp. 181-186. 5ª edição. Petrópolis, Vozes, 1978. Coleção “Dimensões do Brasil”, v. 10).

N. da R. O famoso livro de Joaquim Felício dos Santos, **Memórias do Distrito Diamantino**, do qual extraímos o presente texto, foi publicado pela primeira vez em 1868, Rio de Janeiro, Tipografia Americana; resultou da reunião de artigos publicados originalmente em 1861-1862 em **O Jequetinhonha**, jornal fundado e dirigido pelo autor em Diamantina. O livro tornou-se reconhecido desde logo como uma das peças básicas da bibliografia histórica brasileira, dele existindo, até o momento, cinco edições: a “príncipe”, já mencionada, em 1868; a 2ª, pela Livraria Castilho, do Rio de Janeiro, em 1924; a 3ª, pelas Edições Cruzeiro, também do Rio de Janeiro, em 1956; a 4ª, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em 1976; e a 5ª, (por nós utilizada), pela Editora Vozes, de Petrópolis, em 1978. A partir da 2ª edição, a obra foi acompanhada de numerosas textos introdutórios, sobre o autor e o livro, assinados por Nazareth Menezes, Herberto Sales, Joaquim Ribeiro, José Teixeira Neves e Alexandre Eulálio Pimenta da Cunha. Além destas cinco edições em livro, foram as **Memórias** reproduzidas no **Diário do Rio do Janeiro** nos mesmos anos em que eram publicadas no jornal de Diamantina, e, posteriormente foram integralmente publicadas na **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vs. 14 e 15, Belo Horizonte, 1909 e 1910.

PIERRE MONBEIG E O BRASIL

Manuel Correia de ANDRADE

01 - O professor Pierre Monbeig é uma das maiores figuras da geografia brasileira, de vez que ele viveu no Brasil de 1935 a 1946, atuando no meio científico e universitário e estudando a realidade brasileira com uma dedicação e amor ao país, como se ele fosse desta nacionalidade.

Monbeig chegou a São Paulo em 1935, muito jovem, mas com a responsabilidade de substituir ao Prof. Pierre Deffontaines na regência da cátedra de Geografia na recém-fundada Universidade de São Paulo. Com uma sólida formação científica ele participava de um grupo de professores franceses que veio viabilizar a nova Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da referida Universidade.

Em São Paulo ele não só ministrou os seus cursos para estudantes de geografia e de ciências sociais como procurou compreender os problemas do país, tanto em escala paulista como nacional. Também não limitou as suas atividades à Universidade, pois cercou-se de amigos brasileiros e atuou na organização dos geógrafos do país, dirigindo por mais de dez anos a Associação de Geógrafos Brasileiros (A. G. B.) e, com o apoio de Francis Ruellan que lecionava na Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) estendeu a associação em escala nacional. A AGB que nos seus primeiros dez anos foi essencialmente paulista, passou a partir de 1945 a ser uma entidade nacional.

02 - Vivendo no Brasil e necessitando preparar suas teses para o doutorado na França, o professor Pierre Monbeig elegeu o Estado de São Paulo como objeto de estudo para as mesmas, analisando o processo de expansão da fronteira agrícola comandado pelo café na primeira metade do século XX e o crescimento urbano da cidade de São Paulo, que graças ao "rush" cafeeiro e a industrialização passou em menos de um século de uma modesta capital de província a grande metrópole nacional.

Sua ação na Universidade de São Paulo foi das mais importantes porque ele estruturou e consolidou a cátedra de Geografia, depois transformada em Geografia Humana e contribuiu para a criação das cátedras de Geografia

Física, que teve em João Dias da Silveira o seu primeiro titular e de Geografia do Brasil, que foi ocupada por Aroldo de Azevedo. Também as primeiras teses de doutoramento em Geografia defendidas em São Paulo na década dos quarenta foram estimuladas e orientadas por Pierre Monbeig. Compreendendo os grandes problemas da produção do espaço e da expansão do povoamento no Brasil que vivia uma fase de modernização, ele formou discípulos que estudaram em teses, ensaios e artigos, problemas ligados à modernização agrícola, à expansão das frentes pioneiras, ao crescimento urbano e à sucessão das paisagens humanizadas.

Compreendendo a importância dos congressos e reuniões científicas ele participou ativamente com os seus discípulos do IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Florianópolis em 1940 e estruturou a AGB com reuniões anuais, nas quais, além da apresentação de teses e comunicações, os congressistas realizavam trabalhos de pesquisas de campo, na área e apresentavam relatórios. Este sistema de reuniões funcionava como uma verdadeira pós-graduação para os jovens licenciados que vinham das mais diversas universidades do país. Era uma forma brasileira de compensar a falta de tradição universitária do país. Convém lembrar que a pós-graduação propriamente dita só seria implantada a partir de 1970.

03 - O trabalho de Monbeig não foi apenas o de organizador da Geografia Brasileira, ele também estimulou a pesquisa em todo o país e produziu geografia do Brasil. Em sua tese sobre "Fazendeiros e Plantadores em São Paulo" ele demonstrou que a sua compreensão da geografia era a mais ampla fazendo que ela interpenetrasse e se fizesse interpenetrar dos conhecimentos da história e das ciências sociais afins. Assim o seu livro é uma contribuição importante não só à geografia como também à história social e à sociologia da civilização do café. Há uma certa aproximação entre as suas formulações e as de Braudel, o grande historiador que conviveu com Monbeig em São Paulo. Vê-se no seu texto que Monbeig não se deixara dominar por uma preocupação com a "geograficidade" que serviu de freio a numerosos geógrafos que se continham como bons positivistas em expandir o seu pensamento por áreas consideradas de outros especialistas, para evitar também a incursão dos mesmos nas áreas que consideravam como próprias. Daí a grandeza da produção científica de Monbeig e a sua influência por uma grande ala de geógrafos brasileiros de posições científicas e políticas mais avançadas.

Ao mesmo tempo, escrevendo uma tese sobre paisagens rurais e outra sobre crescimento urbano, Monbeig demonstrava que não costumava

criar barreiras entre o rural e o urbano, demonstrando que dentro do processo de desenvolvimento capitalista, o capital comanda a apropriação dos recursos e a organização da circulação de capital e de mercadorias de forma integrada na cidade e no campo. Em lugar da oposição campo cidade sente-se o comando da economia e da vida rural pelos agentes urbanos.

Ainda Monbeig dominava bem o conhecimento das estruturas de capital que dominavam a produção do espaço, tendo escrito uma série de artigos, publicados na França e no Brasil, em que estuda, como geógrafo, problemas de ordem econômica como os transportes entre São Paulo - a grande metrópole - e Santos - o principal porto brasileiro; o problema da indústria metalúrgica em Minas Gerais; a agricultura pioneira no Norte do Paraná; os problemas ligados à cultura do cacau na Bahia; núcleos coloniais como o de Barão de Antonina; problemas de população; o problema da ocupação dos "campos cerrados" no Brasil; o problema da fome no Brasil, estudado em profundidade por Josué de Castro, mas assunto do qual os geógrafos brasileiros evitavam analisar, alegando não ser o mesmo um problema específico de geografia. Também demonstrou preocupações de ordem teórica a respeito da natureza e da utilidade da geografia em numerosos artigos. No Brasil alguns dos seus artigos foram publicados em livros intitulados "Ensaio de Geografia Humana Brasileira", publicado em 1940 e em "Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira", publicado em 1957. A editora Ática publicará brevemente uma nova coletânea de artigos de Pierre Monbeig, na qual se terá uma idéia da atualidade de suas formulações e proposições tanto quanto a Geografia como ciência, como quanto a contribuição que a Geografia pode dar à solução dos problemas do Brasil.

Assim, ao se refletir sobre a contribuição de Monbeig à geografia brasileira, ou, mais precisamente à Geografia no Brasil, se deve levar em conta a preocupação central de sua obra que foi a de analisar problemas, refletindo sobre as causas que os provocaram, as paisagens e problemas que os geraram e as soluções que podem ser sugeridas para a solução dos mesmos. Também se deve levar em conta que ele não se preocupou com os limites teóricos da Geografia, nem com o Estado em que ele viveu e atuou; ele analisou os problemas de São Paulo - sempre levando em conta que ele era parte de um todo, o Brasil, e que os seus problemas deveriam ser solucionados em função tanto dos interesses locais como nacionais. Daí a grande importância de sua obra para todos os que estudam e pensam o Brasil.

LIVRO SOBRE FRITZ MULLER

Theobaldo Costa JAMUNDÁ

O livro de Moacir Werneck de Castro, *O sábio e a floresta* (Rio de Janeiro, Rocco, 1992), enriquece a bibliografia brasileira e é mais um título na de Fritz Müller. O autor é veterano em escrever livro para ser lido e de alcance do grande público. Esse, de mil e uma informações sobre o sábio alemão, foi organizado com inteligência e confere ao autor o que já é conhecido: ser bom escritor no grupo dos excelentes.

Fritz Müller, abeirado do rio Itajaí-açu, sendo habitante da Colônia de Blumenau, inscreveu-se como pesquisador de conceito internacional, colhendo o aplauso de Charles Darwin (1809-1882), sendo mais moço que este treze anos. E neste livro, novo porque deste ano, o biografado está de corpo inteiro: ligado ao Museu Nacional; professor de segundo grau em Nossa Senhora do Desterro; envolvido na política blumenauense; persistente pesquisador na mata atlântica e nos abeiramentos das baías da Ilha de Santa Catarina; bom esposo e pai de muitos filhos; enfrentador de desacertos por convivências sociais; criatura humana superior como quis ser. O discurso de Moacir Werneck de Castro centraliza Fritz Müller num telão e retocado para ser simpático. É livro obrigatório nas prateleiras da estante catarinense.

Poder-se-ia tomar posição crítica e dela cobrar do autor sobre descuidos percebíveis nas referências bibliográficas: falta de precisão e com a citação apenas entre aspas, não ligada à fonte da qual procede. Só a familiaridade com a bibliografia sobre o sábio alemão faz a conexão. E é tal imprecisão que denuncia a ausência de muitos títulos na bibliografia inserida.

Antigo é o dito e falado sobre dizer e provar. Neste raciocínio, vêm relacionados alguns senões: 1. Considerar antropólogo o conhecido Eduardo Hoerham (p. 118)¹; 2. Afirmar que o dr. Blumenau convivia mal humorado. E não avaliar percucientemente, a resultante, com raízes na

(1) Santos, Silvio Coelho dos - Índios e Brancos no sul do Brasil, 1970, p. 148

colônia fundada em 1850. Se tivesse lido o discurso de Juta Blumenau, publicado em “Blumenau em Cadernos”, nos 11 e 12, de 1991, entenderia o colonizador por outro prisma; 3. Repetir o divulgado sobre o ser o carijó Ângelo Dias dependente de cachaça (p. 36), quando não era fácil comprar esta bebida; e ter sido a invencionice localizada quando o remador, transportando o dr. Blumenau, estava nas águas da confluência do rio Benedito com o Itajaífaçu, então aprofundado e desabitado sertão bruto²; 4. Mencionar o livro *Pró-Darwin* (p. 79) sem apreciar a importância da reedição conveniada FCC/CPRM/DNPM, com tradução do inglês pelo dr. Hitoshi Nomura, que o apresenta e o dedica à memória de José Ferreira da Silva (1897-1973); 5. Afirmar (p. 76) que “Der Deutscher”, o jornal alemão de Tobias Barreto (1839-1889) foi publicado em Sergipe, quando teve sua redação da cidade pernambucana de Escada³; 6. Entender que Fritz Müller era germanófilo sem ser racista; entretanto, diz também que o mesmo viveu ativado em conflitos com o processo de aculturação, principalmente, preocupado que as filhas “se tornassem brasileiras na linhagem e nas maneiras” (pp. 64, 69, 70 e 71); 7. Admitir ser o apelido “barriga verde” ligado à Campanha da Cisplatina (p. 31) quando historiadores catarinenses atribuem estar no catarinense partícipe como soldado nas campanhas do Sul, sob o comando de Gomes Freire de Andrada, nos anos de 1754 a 1756. E a Guerra Cisplatina só ocorreu no período de 1825 a 1828.⁴

Estamos alinhados com Moacir Werneck de Castro quanto a um reconhecimento e uma gratidão à memória do sábio alemão Fritz Müller. E que o motivo mais forte para escrever o livro fecundou dois enriquecimentos em duas bibliografias: a do autor e a do biografado. Portanto, os senões relacionados não invalidam o livro como meio para informar quem foi Fritz Müller, onde, como e quando viveu livre para ser quem foi sem depender doutros.

E diz-nos a dedução que o germanófilo visceral Fritz Müller foi genearca fecundo de família brasileira. E porque “Deus escreve direito por linhas tortas”, a memória do doutor imigrante ateu ficou no infinito internacional da comunidade dos naturalistas. E nesta, a distinção é pelo saber.

(2) Silva, José Ferreira da - Blumenau: notícia estatístico-descritiva, 1939.

(3) Jamundá, T. C. - Theagá, pp. 131 a 137; e ainda Vamireh Chacon no livro *Da Escola do Recife ao Código Civil*, no qual são transcritas peças da correspondência de Fritz Müller e Carl von Koseritz com Tobias Barreto, e também comentário sobre aquele jornal alemão que, em Escada, só Tobias Barreto lia (pp. 215 e 223).

(4) Jamundá, T. C. - O Barriga verde, 1989

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-VENEZUELA (1859-1900)

Luciana Silveira de Aragão e FROTA

Estas notas foram redigidas tomando por base a correspondência diplomática existente no Arquivo Histórico do Itamarati, no Rio de Janeiro, e nos Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros Biblioteca Nacional, na mesma cidade. Escolhemos essa periodização pela parca divulgação dada ao tema no Brasil e, mesmo, na Venezuela. Colocamos em forma de Anexo a listagem da documentação utilizada neste trabalho naqueles dois centros de pesquisa, com o objetivo de facilitar futuras consultas. A documentação coligida - principalmente a concernente ao período de Leonel Alencar, oferece um panorama amplo da situação interna da Venezuela e das principais preocupações brasileiras no âmbito de suas relações externas.

De forma retrospectiva temos que as relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela estão oficialmente fixadas em 1842, com a designação do Encarregado de Negócios, Miguel Maria Lisboa, depois Barão de Japurá. Lisboa recebeu do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Juan Manuel Maurique, uma nota reclamando a remoção dos obstáculos ao comércio e comunicação interna entre o Brasil e a Venezuela, pela fronteira, respondendo que qualquer que fosse a resolução do Governo Imperial ela seria de acordo com as francas e amigáveis relações entre os dois países.

Já na qualidade de Ministro Residente em missão especial, Lisboa assinou em Caracas três tratados: em 25 de novembro de 1852, um de limites e outro de extradição; e em 25 de janeiro de 1853, um de navegação fluvial. Tais tratados não tiveram, porém, efeito porque deixaram de ser ratificados pela Venezuela. Em 1854, o governo brasileiro informou a Venezuela que seu enviado plenipotenciário não voltaria a esse país. Lisboa desenvolveu na Venezuela um trabalho deveras significativo com respeito ao

reconhecimento, ali, da independência do Paraguai. No seu período, a questão de não ratificação dos tratados pela Venezuela deu origem a declaração formal do governo brasileiro manifestando não estar disposto a ratificar nenhum dos convênios estabelecidos, e de forma especial o de navegação, se não fosse aprovado, conjuntamente, o convênio de limites tal como ficara acordado entre as partes.

Com o período do Encarregado de Negócios, Felipe José Pereira Leal (25 de outubro de 1855), foi assinado em Caracas (05 de maio de 1859), com o Plenipotenciário venezuelano Luis Sanojo, o Tratado de Limites e navegação fluvial entre o Brasil e a Venezuela, cujas ratificações se trocaram em Caracas (31 de julho de 1860). Nesse tratado, promulgado pelo decreto 2.726 em primeiro de janeiro de 1861 foi reproduzida a mesma linha divisória já descrita no Tratado de 1852, ampliando-se em benefício da navegação as estipulações do de 1853.

Pereira Leal assinou, também em Caracas, com o Plenipotenciário Pedro de Las Casas, a declaração de 27 de junho de 1860, ressaltando os direitos, tanto dos venezuelanos como de brasileiros, à navegação fluvial antes de celebrado o Tratado de 05 de maio de 1859. Por não lhe ser favorável o clima na Venezuela, Leal foi removido para Madri.

Em 1859, Antonio Pedro de Carvalho Borges (depois Barão de Carvalho Borges) ficou como Encarregado de Negócios. No ano seguinte, nota de Bogotá (17 de novembro de 1860) protestou contra o tratado firmado entre Venezuela e Brasil, alegando inexatidões, como a fixação das cabeceiras do rio Memachi. Os dois países mantiveram, porém, os termos do acordo firmado. Em 1860, o relatório do Ministério das Relações Exteriores (publicado em 1861) do Ministro Antonio Coelho de Sá considerou conveniente estabelecer, nas Repúblicas do Chile, Venezuela, e Confederação Granadina, Consulados do Império, a exemplo do já existente no Peru. A Venezuela crescia em importância para o Brasil na medida em que este procurava disciplinar a navegação do Amazonas. Coelho de Sá deu ênfase, no seu relatório, à troca das respectivas ratificações do tratado mencionado e a seguinte declaração por meio de reversaes:

“Tal como o Peru a República da Venezuela pelo tratado assinado em Caracas (5 de maio de 1859) sobre limites e navegação fluvial” quanto à navegação do Amazonas. “Este ajuste obteve plena aprovação do Congresso Venezuelano em 9 de julho de 1860 e a troca das respectivas ratificações teve lugar em 31 de julho de 1860, fazendo-se a seguinte declaração por meio de reversaes:

“Findo o prazo de 10 anos fixados para que os Venezuelanos possam navegar o Amazonas e os brasileiros o Orinoco, com as condições estipuladas, não ficarão prejudicados os direitos que tinham as duas altas partes contratantes, independentemente de referida convenção, pelo que respeita a navegação.

Nenhum prazo foi estipulado para a demarcação de fronteira, mas o governo se entenderá com o da República sobre a época em que será oportuno nomear os seus comissários para procederem, o mais breve termo aquela demarcação nos pontos em que for necessário; e, para complemento das estipulações fluviais, promoverá acordo que elas recomendam com o fim de regular, em comum, a polícia e a fiscalização nos rios que pertencem a cada Estado.

O governo Imperial já nomeou um agente para ajustar todos esses assuntos.

“Enquanto não se organizam os respectivos regulamentos policiais e fiscais, para que os habitantes de um e outro país fruissem logo as facilidades de comunicação de que trata o art. 7º consentiram os dois governos que não se pusesse o menor embaraço ao trânsito de pessoas e de pequenas embarcações pela respectiva fronteira, antecipando assim, no espírito o mais liberal, a plena execução que, com o tempo, deve ter o mencionado ajuste.

O Tratado de 1859 nada estipulou acerca dos direitos de importação sobre os produtos introduzidos em um e outro país para consumo; desses direitos porém estão isentos, pela tarifa do Império os que nos vierem por qualquer ponto dos territórios estrangeiros que limitam com as províncias do Pará, Amazonas e Mato Grosso, e que forem de produção dos ditos territórios limítrofes.

Em benefício dos Estados que têm celebrado convenções fluviais com o Império, decretou o Governo Imperial a criação de entrepostos públicos ou particulares, em que devem ser depositadas as mercadorias que tiverem de transitar pelo território fluvial das províncias do Pará e Alto Amazonas.

Já foi assentada com o Peru a linha de Tabatinga à boca do Apaporis, e com a Venezuela a das cabeceiras do Memachi, pelo mais alto terreno e pelas vertentes dos rios até o rio Negro.

Nutre, portanto, o Governo Imperial a esperança de que os mesmos princípios já adotados pelas duas repúblicas vizinhas, o Peru e a Venezuela, mereçaram o assentimento do Congresso e Governo Granadino

e que esse Estado venha a participar, em comum com os outros, das vantagens que lhe podem resultar do livre trânsito das suas embarcações pela artéria fluvial que corre pelo território do Império.” (Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros - 1860)

Com o historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen (19 de janeiro de 1861) como Ministro Residente (depois Visconde de Porto Seguro), foram firmados vários ajustes com o Ministro das Relações Exteriores Hilarion Nadal. De fato, três ajustes importantes foram feitos: por meio de notas de 16 a 19 de outubro de 1861 acerca das medidas adotadas pelo Brasil para facilitar o comércio e a navegação com a Venezuela; por meio das notas de 17, 29 e 31, também em outubro, sobre o adiamento da demarcação e reconhecimento dos limites entre os dois países; finalmente o relativo às notas de 22 do mesmo mês e 04 de novembro de 1864, estabelecendo o princípio da reciprocidade em casos de extradição.

O Relatório do Ministério das Relações Exteriores, do Ministro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, dá conta do objetivo principal da missão de Varnhagen na Venezuela, o de “promover a demarcação da fronteira entre os dois países, e o acordo conveniente de navegação fluvial para complemento do tratado celebrado com aquela república em 5 de maio de 1859. Tendo sido adiadas essas negociações, passou-se aquele agente para o Equador, onde foi recebido em seu caráter público no dia 19 de novembro do ano findo (1861).”

Em razão da dissolução do Parlamento Brasileiro em 12 de maio de 1863 (Coleção das Leis do Império do Brasil 1863, p. 205), não foi lido o Relatório que tinha de ser apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 11ª Legislatura houve, assim, um adiantamento ao Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 11 de maio de 1863 apresentado à Assembléia Legislativa na 1ª Sessão da 12ª Legislatura. A data de ambos é coincidente: 11 de maio de 1863.

Entre 1863 e 1865 há registros importantes para a História da Venezuela. Esteve como Encarregado de Negócios da Legação brasileira em Caracas, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada (depois Barão de Aguiar e Andrada). O relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Ministro João Pedro Dias (3ª sessão, 12ª legislatura) apenas dá conta de que o reconhecimento e a demarcação das fronteiras do Império com a Venezuela “acha-se ainda adiado por circunstâncias independentes da vontade dos respectivos governos: um grave conflito internacional com a ocupação da ilha de Chinha pelos espanhóis “em desconhecimento dos direitos da soberania que sobre elas tinha o Peru.”

Em 1865, o Império brasileiro designou como Encarregado de Negócios a Leonel Martiniano de Alencar (depois Barão de Alencar), o qual chegou a Caracas na noite de 9 de outubro de 1865. Parte do arquivo estava no Vice-Consulado brasileiro em La Guaira e parte “em casa do Sr. Rohl, ex-cônsul do Império em Caracas”. A exceção do que pertencia à legação de Bogotá, remetida por ordem do governo Imperial ao então Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja (8), o qual, de acordo com o Relatório do ano de 1870 (3ª Sessão, 14ª Legislatura) encontrando-se em disponibilidade, foi nomeado enviado extraordinário e Ministro Pluripotenciário na Venezuela. Em ofício de 3 de setembro de 1867, Leonel encaminhou, em forma de anexo, o competente inventário do que foi por ele recebido. O exame da correspondência diplomática dessa gestão revela uma riqueza de apreciação e de detalhes envolvendo desde as repercussões da Guerra do Brasil contra o Paraguai na Venezuela e países vizinhos a uma inteligente análise da política interna desse país.

Depois de reconhecido oficialmente, Alencar recolheu junto a Cluver, ministro residente dos Estados Unidos, em Caracas, o arquivo da delegação brasileira, observando que os selos da delegação não estavam sob a guarda do diplomata norte-americano. Em ofício de 25 de janeiro de 1865, elogiou a guarda do Arquivo Brasileiro e “manifesta poder ler a dito senhor o reconhecimento do Governo Imperial.”

Os ofícios de Alencar abrangem temas os mais diversos, revelando uma agudeza de observação e talento diplomático muito importantes para a compreensão do período de sua gestão. Um exemplo disso pode ser inferido quando a imprensa venezuelana voltou a agitar a questão do tratado secreto da tríplice aliança contra o Paraguai. No caso, o Sr. Palau, Representante da Colômbia na Venezuela, “entende que deve incitar o Ministro das Relações exteriores, Sistiaga, a imitar o procedimento dos Estados Unidos da Colômbia; há dias, ele próprio me declarou que aquele Ministro se preparava para apresentar o protesto da Venezuela. Não tenho querido tocar no assunto do Sr. Sistiaga por me parecer que assim demovo qualquer manifestação nesse sentido de sua parte”. Em ofício de 1865, Alencar também comenta artigo sobre a guerra com o Paraguai no jornal “O Porvenir”: “por má vontade e servilismo ao espírito republicano que domina nessas paragens, se tem mostrado extremamente desafeto ao Império.” Foi publicado no “Federalista”, folha principal da capital venezuelana, um artigo resposta.

Atento acompanhante das notícias da imprensa relativas ao Brasil, Leonel publicou em Caracas (5 de maio de 1866) uma carta onde

desmentiu a notícia que saíra na *Crônica Mercantil*, periódico do Panamá. Relativa à insurreição do Rio Grande do Sul e sob o título “Viva a República e abaixo a escravidão” a notícia dá contas de uma revolta que, encabeçada pelo General Silveira, a frente de 1.500 soldados de cavalaria e três corpos de infantaria, havia atacado a força do Barão de Serra Alegre, chefe de um batalhão.

No Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros, apresentado na 1ª sessão da 13ª Legislatura e publicado em 1867, o Ministro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque nomeia o artigo 4º do Decreto 3749 de 07 de dezembro de 1866, abrindo “os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco à navegação de navios mercantes de todas as nações”, sem que houvesse alteração na “observância do que preceveram os tratados vigentes de navegação e comércio com as repúblicas do Peru e da Venezuela.”

Em 15 de maio de 1967, voltou como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, Felipe José Pereira Leal, que relata em seus officios, inclusive, os combates de junho de 1868 e o roubo de todos os protocolos e documentos relativos às duas negociações do tratado de limites entre Brasil e Venezuela “...Há poucos dias fui confidencialmente informado pelo meu antigo amigo e subsecretário de Relações Exteriores, Dr. Rafael Seixas, que as duas negociações do tratado de limites entre o Brasil e esta República haviam sido extraídas da Secretaria por ordem do Marechal Falcon e levados pelo venezuelano Francisco Dias para a residência presidencial, de cujo gabinete não ‘regressara’ por haverem desaparecido,” mesmo antes da minha chegada”. Suponho que “o Dr. Seixas fazendo-me esta confiança teve em vista excitar minha necessária coadjuvação a fim de encontrar um bastante volumoso maço pelo modo por que obtive o SALTO GRANDE os quais com os originais do nosso tratado... estava em caixa de prata nos dias de combate de junho último.”

Além da correspondência de Embaixadas, os Relatórios Ministeriais, apresentados anualmente à Assembléia Geral Legislativa, fornecem um amplo panorama não só das relações bilaterais, mas ainda dos assuntos internacionais. O Relatório de 1870 deixa clara a preocupação do Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja que de Bogotá, respondendo também por negócios na Venezuela (15 de dezembro de 1869), afirmou não poder o Brasil abandonar as suas fronteiras. Os Relatórios Ministeriais oferecem ampla documentação sobre a demarcação de limites entre Colômbia e Venezuela e Venezuela e Brasil, onde, na parte do centro, as Comissões dos dois países demarcaram até o “Serro Cupy”. O Brasil ainda

não havia enviado à Venezuela um representante diplomático permanente. Azambuja foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Venezuela em 18 de dezembro de 1870. Vários incidentes marcaram a permanência de Azambuja num período de tensão política interna em plena guerra civil. A Legação Brasileira recebeu pedidos de imigração de venezuelanos enquanto o Vice-Cônsul do Brasil em Puerto Cabello (o Brasil, a exemplo da Venezuela, tinha aberto vários consulados nos respectivos países) envolveu-se numa acusação de intromissão interna nos negócios da Venezuela, tendo retirada sua autorização consular (11 de fevereiro de 1871). A situação dos limites não demarcados com a Colômbia e a Venezuela - grande preocupação para Azambuja - o fez mobilizar a atuação dos cônsules brasileiros na Venezuela direcionando o período de informações minuciosas sobre o tema. Em nota às Relações Exteriores da Venezuela e com base na sua anterior experiência de negociações com o Peru e Bolívia anunciou a intenção do Governo Imperial de demarcar os pontos fronteiros "deixando a salvo os direitos da Venezuela" (nota de 03 de março de 1872). O Governo da Venezuela pediu a substituição de Azambuja considerando abusivo o seu propósito.

Apesar de o enfoque da diplomacia brasileira estar focalizado no Cone Sul, em nenhum momento o Império Brasileiro perdeu de vista os acontecimentos políticos dos Estados Unidos da Venezuela, e sua possível repercussão nas relações bilaterais e nos demais países da América do Sul. Um exemplo disso fica claro quando dos tratados celebrados entre Venezuela e Colômbia e o acompanhamento das relações da Venezuela com o Chile e os Estados Unidos. Ofício de 25 de junho de 1866 informa sobre a celebração do Convênio dos Correios entre a Venezuela e esse país "pelas vias ordinárias de transporte marítimo, buques particulares, vapores e outros pacotes" dos dois países. Pelo convênio "as valisas serão entregues em Maracaibo, Ciudad Bolivar, La Guaira, Puerto Cabello e para os Estados Unidos em Boston, Filadélfia, Nova York e Nova Orleans."

Note-se ainda a preocupação brasileira em participar, a convite do Peru, do Congresso de plenipotenciários juristas, destinado a tornar uniformes as legislações dos Estados Americanos (Repartição dos Negócios Estrangeiros - Ministro João Maurício Wanderley - ano de 1876 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 16ª Legislatura e publicado em 1877).

Documentos brasileiros de 05 de novembro de 1880 revelam o envio de detalhes impressos contendo o texto de vários tratados entre os dois países, remetidos pelo Sr. Félippe José Pereira Leal, encarregado de

negócios da Legação brasileira em Caracas. Neles, Felipe Leal afirma que talvez possa conseguir que não sejam aprovados pelo Congresso Venezuelano as estipulações desse tratado se o Governo Imperial os julgar contrários à sua política e aos seus interesses. Ainda de acordo com essa documentação, os referidos tratados foram examinados na 1ª e 2ª sessões da Secretaria do hoje Ministério de Relações Exteriores. Foram procedidos exames das estipulações do art. 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 14 do Tratado de Amizade e das Cláusulas de Convenção Consular e do Tratado sobre navegação fluvial, trânsito e Alfândegas. O Império entendeu, todavia, que “a Venezuela estabeleceu nesses tratados os princípios que têm de regular suas relações com a Colômbia, mas não se comprometeu a não ajustar esses princípios nos ajustes internacionais que celebrar com outra nação.”

Por outro lado, o Brasil entendeu também que os referidos tratados não continham “cláusula alguma obrigatória para o Brasil” bem como não pareceu ofensivo ao tratado “concluído entre o Império e Venezuela em 05 de maio de 1859 promulgado por decreto nº 2726, de 12 de fevereiro de 1861”.

O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1871 apresentado à Assembléia Legislativa na 1ª sessão da 15ª Legislatura e publicado em 1872, noticia as substituições da Legação em Caracas: o secretário Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo foi removido para Washington e o encarregado de negócios, Leonel Martiniano de Alencar, removido para a Bolívia e substituídos por Henrique Manuel Lins de Almeida, adido de 1ª classe.

No Relatório de 1881 apresentado pelo Ministro das Relações Exteriores, Franklin Américo de Menezes Dória, foi nomeado como encarregado de Negócios da Venezuela D. Miguel Tejera. Todavia, em caráter permanente, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário ante o Governo brasileiro foi designado Domingo Santos Ramos, creditado em 07 de março de 1891.

O período de 1880-1884 das relações Brasil-Venezuela foi permeado pela demarcação de limites, prevista no artigo 3 do Tratado de 1859, pelo qual seriam nomeadas comissões da linha prevista no acordo. Em 7 de janeiro de 1880 reuniram-se as comissões, sendo subscrita a Ata de Maroa, produto da 3ª conferência de 21 de abril do mesmo ano. Pela Venezuela atuou Miguel Tejera e pelo Brasil, o Tenente Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo. O território entre o ponto mais ocidental da fronteira estabelecida no Tratado de 1859 e a embocadura do Japurá ficou então indeciso. Seguiram-se a 4ª, 5ª e 6ª reuniões em Vila Maroa,

respectivamente nos dias 20, 24 e 29 de maio de 1880. As subseqüentes atas de Manaus de 3 de agosto do mesmo ano fixam sinais referentes aos pontos limites - salto de Maturaca e ao Serro Cupi - entre os dois países. Nos anos subseqüentes e até a data do relatório do Tenente-Coronel Araújo (24 de janeiro de 1884) a Venezuela não enviou representantes para a fixação de limites. O Brasil continua, assim de forma unilateral, os seus trabalhos. O Laudo arbitral da Rainha Cristina da Espanha (16 de março de 1891) resolveu a questão de limites da Venezuela com a Colômbia, sendo favorável a essa. Ficou subentendido que os limites brasileiros com o território venezuelano excluem o Memachi até Cucuy.

A Venezuela reconheceu a 05 de dezembro de 1889 a República do Brasil; daí, até o ano de 1904, o Brasil enviou àquele país cinco enviados extraordinários e Ministro Plenipotenciário, sendo o último deles o historiador Manuel de Oliveira Lima.

Anexo ao officio da 2ª secção, nº 09 de 12 de dezembro de 1898 da Legação do Brasil na Venezuela ao Secretário de Estado das Relações Exteriores foi encaminhada explanação de limites entre a Venezuela e a Colômbia e a execução do laudo arbitral, copiado da Gazeta oficial da Venezuela nº 7481 de 28 de novembro de 1898. Em 11 de janeiro de 1898 deu-se contrato para introdução de emigrantes na Venezuela e em 25 de julho a invasão da varíola na Venezuela sugeriu medidas de saúde pública comuns entre os dois países.

Oliveira Lima assinou a 09 de dezembro de 1905 com o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela dois Protocolos com o fim de ultimar a demarcação de fronteiras determinadas no tratado de 05 de maio de 1859 entre os dois países. O primeiro declarou aprovada a demarcação, feita em 1880, da fronteira desde o rio Negro até o Serro Cupy; o segundo determinou que uma Comissão Mista verificasse o trabalho feito pela Comissão Brasileira nos anos de 1882 e 1883, desde o Serro Cupy até um ponto na serra Roraima onde concorrem as três fronteiras, do Brasil, Venezuela e Guiana Britânica. O Congresso Nacional aprovou os dois protocolos, sancionados em 1907 (Decreto nº 1.768 de 06 de novembro). O ineditismo do tema proposto merece, pois, dos historiadores de ambos países, estudos aprofundados. A periodização aqui proposta envolve, assim, o estudo aprofundado basicamente da documentação primária existente sobre as relações exteriores Brasil-Venezuela ao tempo do Império e dos inícios da República no Brasil.

FONTES

Missões diplomáticas no Brasil Correspondência das Embaixadas

Caracas - Officios	(1863 - 1868)
	(1869 - 1870)
	(1872 - 1874)
	(1875 - 1880)
	(1885 - 1887)
	(1888 - 1891)
	(1892 - 1894)
	(1895 - 1896)
	(1904 - dez 1905 - set)
	(1905 - out/dez)
	(1906)
	(1907-1908)
	(1909)
Despachos	(1841 - 1878)
	(1879 - 1889)
	(1890 - 1899)
	(1904 - mar 1907 - dez)
	(1908 - 1910)
	(1911 - 1930)
Tel. recebidos	(1879 - 1897 - março)
	(1904 - 1926)
Tel. expedidos	(1889 - 1897)
	(1904 - 1930)
Correspondência Consular	
Repartições Consulares Brasileiras	
Caracas - Officios e despachos	(1834 - 1895)
Officios e telegra mas recebidos	(1905 - 1925)
Despachos	(1905 - 1929)
Diversas cidades venezuelanas recebido e expedido	(1864 - 1916)
Notas trocadas entre os dois Governos Representações Diplomáticas no Brasil	
Caracas - Notas recebidas	(1869 - 1899 março)
Notas e telefone recebido	(1900 - 1930)
Notas expedidas	(1880 - 1899 março)
Notas e telefone expedido	(1901 - 1930)
Notas sem data.	

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Cervo, Amado Luiz - **As relações históricas entre o Brasil e a Itália**: o papel da diplomacia. Apres. de Giovanni Agnelli. Brasília, Editora da Univ. de Brasília/São Paulo, Instituto Italiano di Cultura, 1992. 262p.

“Desde a criação do estado italiano em 1861, três fases marcaram as relações com o Brasil: o encontro dos homens, promovido pela imigração de massa ao final do século XIX; o progresso do diálogo, do conhecimento mútuo e das divergências, no período de entre-guerras; e a moderna cooperação que se buscou a partir de 1949. Essas relações bilaterais evidenciaram a evolução díspar que ambos os países apresentaram quanto ao modo de inserção internacional. Enquanto o Brasil encaminhava de forma lenta e retardada sua própria modernização, a Itália vencida a pobreza, fortalecia sua base de autonomia e partia para a competição. Os descompassos históricos e seus respectivos padrões de conduta foram objeto das investigações do autor. Após constatar que o dinamismo das sociedades, nesse caso, esteve à frente da letargia dos Estados, o autor persegue uma questão central: em que condições a política exterior age como elemento propulsor ou como elemento obstrutor dos processos contemporâneos de desenvolvimento. Conclui que sem um salto de qualidade em suas relações internacionais, o Brasil perderá outro século atrás da Itália”. (Da apresentação). Seus capítulos intitulam-se: 1. Itália e Brasil: política exterior comparada; 2. A visão dos Estados; 3. O encontro dos homens; 4. A perspectiva dos negócios; 5. Os bons anos vinte; 6. Diplomacia e relações econômicas; 7. O fascismo e a opinião brasileira; 8. Os ventos da guerra; 9. O “imbroglio” diplomático dos anos 50; 10. O Estado e a cooperação bilateral nos anos 50; 11. O Estado e a cooperação bilateral desde 1960. Valiosa contribuição à história diplomática do Brasil, fundamentada em exaustiva pesquisa em arquivos do Brasil e da Itália, esse recente trabalho do ilustre professor da Universidade de Brasília, já credenciado por outros importantes estudos sobre a história diplomática. (Cortesia do autor).

Irmão, José Aleixo - **Rafael Tobias de Aguiar, o homem, o político**. Sorocaba, Fundação Ubaldino do Amaral, 1992. 544p

Por muito que se tenha escrito sobre o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ainda muita coisa ficou sem o necessário esclarecimento, ou, como bem o

disse o apresentador do volume: “esse gigante da história paulista não mereceu dos pesquisadores um estudo biográfico à altura do papel por ele desempenhado em sua época”. E seria significativo se, de Sorocaba, sua cidade natal, saísse essa biografia “compatível com seus merecimentos de homem e de estadista”. Pois é este reclamado livro que vem de aparecer, editado pela Fundação Ubaldino do Amaral, da vizinha cidade. Seu autor dispensa apresentação, pois nossas letras já lhe devem bons trabalhos, todos tais como este, fruto de laborioso esforço e extraordinária dedicação à pesquisa. “A preparação do material exigiu do infatigável pesquisador uma década inteira de trabalho, consumida em visita a arquivos, no estudo de documentação de difícil acesso, na frequência a bibliotecas”. Numerosos documentos, no mais das vezes transcritos na íntegra, representam não só notável tarefa de pesquisa, mas a preocupação louvável (e necessária) para o embasamento documental de seu trabalho. ONM (Cortesia da editora).

Miceli, Paulo Celso - **Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948**. São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1992. 176p

“Quem quiser conhecer a história da industrialização brasileira terá de debruçar-se sobre a vida e a obra dos pioneiros, os homens que lideraram a modernização da indústria produtiva do País, adequando-a a uma nova realidade, com sensibilidade e visão política”. É dentro deste espírito que o autor elaborou esta importante contribuição à história industrial em São Paulo, belo volume em formato de álbum e enriquecido com ilustrativas estampas. Um resumo do próprio autor dá o sentido do livro ao lembrar que, no Brasil, o projeto industrialista “desenvolveu-se a partir de São Paulo e representou a herança histórica da economia cafeeira, responsável pela constituição de fatores básicos e indispensáveis à formação da sociedade industrial. A criação das indústrias foi acompanhada pela elaboração de um conjunto de idéias e valores que acabaram correspondendo ao próprio sentido da Nação, com os empresários concentrando vontades e poderes capazes de levar à completa reestruturação da sociedade brasileira, a partir da fábrica”. O autor traça ligeiras biografias dos fundadores, em 1928, do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo: Francisco Matarazzo, Antônio Devisate, Horácio Lafer, José Ermírio de Morais, Alfredo Weisflog, Carlos von Bülow e Jorge Street. Com excelente formação histórica, foi possível ao autor inserir com propriedade o desenvolvimento industrial de São Paulo no contexto da própria evolução histórica do Estado. ONM (Cortesia do autor).

Nogueira, Mons. Severino Leite - O Seminário de Olinda e seu fundador, o bispo Azevedo Coutinho. Prof. José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundarpe, 1985. 399p (Col. Pernambucana, 2ª fase, v. 19).

“A história do Seminário de Olinda é a própria história de Pernambuco; nela o leitor vai encontrar os fundamentos da formação de nossa pernambucanidade”. Esta frase de Leonardo Dantas Silva na apresentação do livro diz, mais do que qualquer outra coisa, de seu interesse, pois, sobre a história dessa instituição que ele versa. Subdividido em seis capítulos, estuda de forma conclusiva a importância da função dos seminários na formação do clero brasileiro; a diocese de Olinda e a Capitania de Pernambuco ao tempo do episcopado de Azevedo Coutinho; a sua obra em Pernambuco; sua formação moral e intelectual; a organização do Seminário à luz das normas gerais da pedagogia, desde o ensino das primeiras letras até o curso de teologia. Não há quem tenha estudado o pensamento brasileiro que não dedicasse algumas linhas à importância desse Seminário no ambiente cultural da época. Entretanto, não conhecíamos nenhum trabalho pormenorizado sobre ele. Daí, o interesse do presente volume. Numerosos documentos, alguns transcritos na íntegra, fundamentam e, conseqüentemente, valorizam o trabalho do ilustre sacerdote do Recife. ONM (Cortesia da Editora).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (46)

VILA BRANDINA

Em terras destacadas do Engenho do Mato Dentro e doadas pela Viscondessa de Campinas à filha Maria Brandina, casada em 1836 com Álvaro Xavier da Silva Camargo, que fundou o engenho nesse mesmo ano; em 1885 a fazenda pertencia à viúva Maria Brandina de Souza Aranha, com 230 mil pés de café em terra massapé, dispendo de máquina de benefício a água e terreiros atijolados. Falecida Maria Brandina, pertencia a fazenda, em 1900, a Cândido Álvaro & Irmão (Antônio Álvaro de Sousa Camargo), com a produção de nove mil arrobas de café.

Em 1914 pertencia a este último sob a razão de Antônio Álvaro & Bueno, ficando depois só propriedade do primeiro, que, falecido, deixando para os filhos a fazenda, ela se tornou de um adquirente das partes dos demais, Lafaiete Álvaro de Sousa Camargo, prefeito de Campinas, casado com sua prima Odila Egídio de Sousa Santos. Este casal, sem descendentes e proprietário de três fazendas, transformou-a em fazenda de criar gado puro holandês, e de produzir leite do qual distribuía gratuitamente às crianças pobres, dando ao imóvel o nome de Vila Brandina. Preparando a partilha de seus bens, destinaram a fazenda Santa Luzia aos herdeiros dele; a Santa Odila, aos herdeiros dela; e a Vila Brandina à fundação que instituíram sob o nome de Fundação Odila e Lafaiete Álvaro, para que ela continuasse distribuindo, então em maior escala, o leite às crianças necessitadas.

Ao se instituir a Fundação Odila e Lafaiete Álvaro, com reunião solene de sua diretoria e convidados, o autor, que ocupava o cargo de primeiro tesoureiro da primeira diretoria da Fundação, escolhido pelos demais diretores, teve a incumbência de saudar o casal benemérito, o que fez com afirmativas como: "Nesta solenidade vemos o império da bondade; institui-se um grande acervo patrimonial para menores desamparados; fundamenta-se com solidez uma instituição de beneficência que desenvolverá sua ação assistencial no vasto campo da infância necessitada, num âmbito ainda não atingido em nosso município".

(Pupo, Celso Maria de Mello - **Campinas, município no Império, 184-185**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1983).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

REPRESENTAÇÃO DO POVO DE PERNAMBUCO
CONTRA OS ESTRANGEIROS

Ilmos. srs. deputados provinciais.

O povo desta capital, reunido em torno da Casa de vossas sessões, vem pacificamente usar do direito que lhe concede o art. 179, § 30 da Constituição, pedindo-vos que o atendeis no que passa a expor.

Vinte e seis anos faz que o Brasil é independente, e no entanto o povo tem continuado a ser esmagado pela estrangeira: têm-se sucedido diversos ministérios e legislaturas, houve a reforma da Constituição, promulgaram-se centenas de leis, e o estrangeiro continuou e continua ainda em seu predomínio feroz, em sua conquista bárbara.

Não satisfeito em haver transportado para a Europa todo o nosso ouro, ele invadiu o nosso comércio de uma maneira espantosa; e, como se isto não fosse bastante para saciar sua avareza, ele trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria brasileira. Já não há artista nacional que possa viver de seu trabalho, porque o estrangeiro ambicioso lhe tem roubado todos os meios honestos de uma subsistência lícita; e, não satisfeito com tudo isto, ele tenta contra a vida dos filhos do Brasil, em seu mesmo país, como ontem acontecera nesta mesma cidade, segundo deve ter chegado ao vosso conhecimento.

Um estado tão desonroso e aviltante como este não pode ser mais tolerado pelo povo, e portanto ele se apresenta perante vós, encorajado pela consciência do seu direito, pedindo-vos que o salveis da dominação estrangeira, fazendo passar uma lei que garanta aos nacionais unicamente o comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros, e o exercício dos

diferentes ramos da indústria brasileira dentro da província, prevenindo, por meio de sábias disposições, que não seja iludida a providência que do vosso patriotismo se exige.

Outrossim, requer o povo que ordênis ao presidente da província que, no prazo improrrogável de quinze dias, faça embarcar a todos os portugueses solteiros, que se acharem nesta cidade e nos demais lugares da província, visto serem inimigos implacáveis dos brasileiros, como em diferentes épocas têm mostrado; assim também que representeis à Assembléia Geral da nação acerca da necessidade que tem o país de uma Assembléia Constituinte para tratar de uma reforma social que se harmonize com o progresso liberal do século e estado presente da sociedade brasileira.

O povo confia em vós, srs. deputados provinciais, e por isso espera que o atendereis, fazendo passar dentro em três dias a lei de que acima se faz menção, e decretando providências tais que desde já não haja mais um caixeiro estrangeiro, à exceção daqueles que são indispensáveis nas casas de grosso trato, os quais não poderão exceder a um em cada uma delas.

Se não for atendido, o povo protesta usar dos meios que a sua razão lhe sugerir, para libertar-se do insultante jugo que o oprime; e sobre vossas cabeças, srs. deputados provinciais, recairão as conseqüências de qualquer conflito que porventura haja de aparecer.

Pátio da Assembléia provincial, 27 de junho de 1848

(Bonavides, Paulo/Vieira, R. A. Amaral - **Textos políticos da História do Brasil**, págs. 449-450. Fortaleza, Imprensa Universitária da Univ. Fed. do Ceará, s.d.)

*

UNIÃO ADUANEIRA ("ZOLLVEREIN") ALEMÃ (F. List.)

Nós, abaixo assinados, negociantes e fabricantes alemães, reunidos na Feira de Frankfurt, oprimidos pela triste situação do comércio e da indústria, dirigimo-nos ao governo supremo da nação alemã para desvendar-lhe as causas de nossa aflição e para implorar a sua assistência...

38 linhas de alfândegas paralisam o comércio interno e produzem pouco mais ou menos o mesmo efeito que se se ligassem os membros do corpo humano para impedir o sangue de circular de uns para os outros.

Para fazer o comércio de Hamburgo para a Áustria e de Berlim com a Suíça, há dez Estados a atravessar, dez regulamentos aduaneiros a estudar, dez direitos de trânsito a pagar... permitimo-nos, nesta ocasião, mencionar a nova lei aduaneira da Prússia. À primeira vista... mergulhou-nos, a nós e a toda a Alemanha, na mais profunda consternação, pois parecia dirigida menos contra o comércio da França que contra o da Alemanha... Todavia, prontamente se rejeita essa primeira impressão...; é-se, pois, involuntariamente levado a supor que um governo liberal como o da Prússia, que pela configuração de seu território deve mais do que qualquer outro desejar a inteira liberdade de comércio na Alemanha, alimenta o grande pensamento de provocar, pelo seu sistema alfandegário, os outros Estados alemães a entenderem-se para estabelecer essa completa liberdade. Esta hipótese quase se torna uma certeza, em presença da declaração do governo prussiano de que está disposto a concluir tratados de comércio com os estados vizinhos.

Os abaixo-assinados encontram nisso uma importante indicação e ousam em consequência solicitar à Dieta: 1^a a supressão das alfândegas no interior da Alemanha; 2^a o estabelecimento para com as nações estrangeiras de um sistema comum fundado no princípio de retorsão, até que essas nações adotem o princípio da liberdade do comércio europeu.

(Redigida por F. List (1789-1846), apud Freitas, Gustavo de **Novecentos textos de documentos de História**, vol. III, pág. 162-163. Lisboa, Platano, 1976).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

BRASIL BANDESCCHI (1917-1985)

Pedro Brasil Bandecchi, literariamente conhecido apenas por Brasil Bandecchi, advogado, político, poeta e, sobretudo historiador, nasceu aos 30 de abril de 1917 na capital paulista e nela decorreu toda a sua existência, infelizmente não muito longa, pois não chegou a alcançar os setenta anos, falecendo aos 28 de junho de 1985. Seguindo o exemplo do pai, dr. Floresto Bandecchi, um dos mais renomados advogados de São Paulo, e certamente por ele estimulado, encaminhou sua formação para os estudos jurídicos. Teve intensa participação na vida acadêmica da tradicional Faculdade de Direito do largo de São Francisco, preparando-se não só para as lides forenses, mas igualmente para a política, na qual atuou embora por curto tempo. Foi vereador à câmara paulistana de 1948 a 1951 e durante todo o seu mandato presidiu a Comissão de Justiça. Posteriormente, ocupou a Secretaria da Educação e Cultura do município.

Iniciou-se na carreira das letras ainda jovem, escrevendo sobre temas de política, enveredando-se também para as belas-letas, nas quais se revelou poeta de fina sensibilidade, como o demonstram seus livros **Barqueiros do Tietê** (1955) e **Romanceiro Paulista** (1959) e ainda outras páginas que cantam a alma paulista. Aliás, ao recebê-lo na Academia Paulista de Letras, a 25 de abril de 1979, Hernani Donato, em excelente página oratória, salientou devidamente esta face da personalidade de Brasil Bandecchi, lembrando que, ao longo de sua carreira, nem a política, nem o governo, nem as atividades mais absorventes lograram arrefecer sua dedicação à poesia:

“Continuai a ser poeta, a nos falar do vosso amor por São Paulo. Graças a esse amor à poesia e à vossa terra, podemos viajar, conduzidos pelos ‘Barqueiros do Tietê’ ao longo da alma lírico-sentimental-histórica paulistana. Com a vossa poesia serena, por vezes irônica, sempre sentimental (...) poesia das mais amoráveis que São Paulo inspirou...”

Esta fase literária logo cederia lugar a outras preocupações, precisamente as que vieram assegurar-lhe lugar de destaque no panorama

cultural de São Paulo, quais sejam os estudos históricos que lhe abriram as portas do ensino universitário e lhe propiciaram ingresso em renomadas entidades culturais de São Paulo: o Instituto Histórico e Geográfico, de cuja diretoria participou por muitos anos; a Academia Paulista de História, da qual foi um dos fundadores; e a Academia Paulista de Letras. E, na qualidade de correspondente, integrou, ainda, os quadros de diversas entidades similares de outros Estados, a começar pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Seu maior interesse no campo da investigação histórica concentrou-se na história das lutas liberais do século passado, notadamente o papel nelas representado pela Faculdade de Direito, esta Faculdade que ele tanto amou e sobre a qual tanto escreveu. Foi profundamente significativo que, por ocasião de seu falecimento, as gloriosas "arcadas" do Largo de São Francisco acabassem velando seu corpo, num último adeus ao filho que tanto as enobreceu.

Outros assuntos muito de seu interesse: a história das nossas instituições municipais, sobre a qual escreveu livro de capital importância; a origem do latifúndio; a Liga Nacionalista; Libero Badaró; Gonçalves Ledo; Júlio Frank; a maçonaria e o liberalismo; as lutas políticas da independência, entre outros, além de vários livros didáticos de História do Brasil.

Não contente em tanto escrever, cuidou, ainda, Brasil Bandecchi editar o que outros escreveram; promoveu reedições anotadas das grandes obras de Southey e Armitage; coordenou a elaboração de um "Dicionário" da história brasileira, o melhor até hoje publicado; editou textos valiosos referentes ao Marquês de Valença e à Colônia do Sacramento; criou a preciosa coleção dos "Cadernos de História", com 17 volumes; prefaciou e apostilou numerosas obras antigas de nossa bibliografia histórica, e, extrapolando do âmbito da história brasileira, editou e anotou textos de Campanella, Dante Alighieri e Maquiavel.

Uma referência especial e necessária aos "Cadernos de História". Data de 1964 o início deste magnífico empreendimento, a princípio pela antiga Editora Obelisco (até o volume 12), prosseguindo, depois, pela Editora Parma, que publicou os volumes 13 a 17 e reeditou alguns da fase anterior. Volumes cômodos, elegantes, ricos de conteúdo, divulgando textos valiosos para a nossa história, desde as memórias de Martim Afonso de Sousa e o "Diário da navegação" de seu irmão Pero Lopes de Sousa, até Perdigão Malheiros, passando por Gandavo, Anchieta, Quirício Caxa (o primeiro biógrafo de Anchieta), Antonil, José Bonifácio, Gonçalves Ledo

e Libero Badaró. E ainda alguns autores contemporâneos, como Alfredo Ellis Júnior, Victor de Azevedo, Leonardo Arroyo, Lycurgo de Castro Santos Filho e do próprio Brasil Bandecchi.

Bastaria esta simples menção dos autores que figuram nesta coleção para se aquilatar de seu interesse e para lastimar que tal empreendimento se interrompesse com o falecimento de seu idealizador.

Bibliografia de Brasil Bandecchi

Livros e publicações avulsas:

1. **Barqueiros do Tietê.** São Paulo, Alarico, 1955.
2. **Romanceiro Paulista.** São Paulo, 1959.
3. **Origem do latifúndio no Brasil.** São Paulo, Fulgor, 1964; reedições em 1965 e 1979 (nesta última incluindo **Problemas de imigração na Região Sul**).
4. **História econômica e administrativa do Brasil.** São Paulo, Obelisco, 1966.
5. **Guia do Estudante de História da Civilização Brasileira.** São Paulo, Obelisco, 1969.
6. **História do Brasil.** Seis edições, entre 1969 e 1983.
7. **Dicionário de História do Brasil (em colaboração).** São Paulo, Melhoramentos, 1970.
8. **O município no Brasil e sua função política.** São Paulo, Coleção da "Revista de História", vol. 40, 1972; segunda edição, Pannartz, 1983.
9. **Antologia histórica do Brasil.** São Paulo, 1973.
10. **Partido Democrático de São Paulo: sua fundação e seu apoio ao candidato da Aliança Litoral.** São Paulo, 1976.
11. **O Arquivo do Marquês de Valença e a Independência.** (Em colabor. com Antônio Barreto do Amaral.). Coleção do "Museu Paulista", v. 5. São Paulo, 1976.
12. **Liga Nacionalista.** São Paulo, Pannartz, 1978; 2ª edição, Parma, 1980.
13. **A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal.** São Paulo, Teixeira, 1978; 2ª edição, Parma, 1982.
14. **Notas e perfis.** Coleção do Museu Paulista, vol. 9. São Paulo, 1980.
15. **De Braille a Rui Barbosa: pronunciamentos e discursos na Câmara Municipal.** São Paulo, Pannartz, 1980.
16. **Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência.** São Paulo, Parma, 1983.
17. **História do Brasil para o segundo grau e vestibular.** São Paulo, Parma, 1983.
18. **Elementos de história do direito brasileiro.** São Paulo, Pannartz, 1984.
19. **História e ficção na poesia e no romance.** São Paulo, Pannartz, 1985.

Ingressando no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em março de 1958, Brasil Bandecchi teve, por um quarto de século, destacada atuação na entidade, não só integrando sua diretoria, como, principalmente, colaborando com freqüência na “Revista” editada pelo Instituto. De fato, raro o volume desse período que não apresente alguma colaboração de sua lavra. O mesmo se poderá dizer com relação à Academia Paulista de Letras. Meritória tarefa realizaria quem se dispusesse a proceder a um arrolamento de tudo quanto Brasil Bandecchi deixou esparso em publicações periódicas (jornais e principalmente revistas culturais) e isto desde os seus tempos de estudante na Faculdade de Direito, quando começou a colaborar em jornais acadêmicos. Na impossibilidade de o fazer, arrolaremos aqui apenas o que é de nosso conhecimento. Embora esse levantamento não esteja muito longe de completo, pedimos escusas pelas eventuais omissões, esperando que, um dia, elas possam ser sanadas.

Na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”

1. Os paulistas e a Independência - v. 57 (1959)
2. Discurso de posse - v. 58 (1960)
3. Movimento republicano em São Paulo - idem
4. Afonso de Taunay, historiador sereno e imparcial - idem
5. Antonio de Pádua Sales, um varão da Primeira República - v. 59
6. Quatro documentos da história pátria: abertura dos portos; elevação do Brasil a reino; representação de 24 de dezembro de 1821; manifesto de 6 de agosto de 1822 - (idem)
7. Martins Júnior, batalhador incansável - vol. 61 (1965)
8. Gregório de Matos - vol. 66 (1969)
9. Há 450 anos... - vol. 67 (1970)
10. Notas sobre a vida do dr. Cortines Laxe e alguns dados genealógicos - vol. 68 (1970)
11. Capistrano, de estudante vadio a orientador de mestres - vol. 69 (1971)
12. Capitães-Generais, desde Antônio Albuquerque da Costa Carvalho até D. Luiz de Mascarenhas - vol. 70 (1973)
13. O cenotáfio do Ipiranga - vol. 71 (1974)
14. Manifesto à nação de 1º de novembro de 1943 - vol. 72 (1975)
15. O Senador Inácio Uchoa - vol. 73 (1977)
16. A Liga Nacionalista - (idem)
17. Perfil do mestre: discurso de saudação a Ernesto Leme por ocasião de sua investidura como presidente honorário do Instituto - vol. 76 (1980)
18. A Sociedade dos Patriarcas Invisíveis e a Revolução de 1842 - vol. 77 (1982)
19. Revolução Constitucionalista - vol. 78 (1982)
20. A Faculdade de Direito, a poesia e a história - vol. 79 (1984)
21. Major Antônio Pires de Campos - vol. 80 (1985)

Nos "Anais do Museu Paulista"

1. O golpe de 3 de novembro de 1891 e sua repercussão em São Paulo - v. 27 (1976)
2. O Presidente Kubitschek - v. 29 (1979)
3. História de uma História (sobre a obra de Júlio Frank) - v. 30 (1980)
4. O Barão de Ramalho - v. 31 (1982)

Na "Revista de História"

1. Cadernos de História: a propósito de uma crítica de Raquel Glazer - n° 70 (1967)
2. Documento sobre a imigração italiana em Ribeirão Preto - n° 72 (1967)
3. Nota sobre a legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil n° 89 (1972)
4. A primeira análise da Constituição de 1824 - n° 94 (1973)
5. Resenha do livro "Rui e a economia brasileira", de Pinto de Aguiar - n° 98 (1974)
6. Legislação da Província de São Paulo sobre escravos - n° 99 (1974)
7. Resenha do livro "Autônio Conselheiro e Cauudos", de Ataliba Nogueira - n° 101 (1975)
8. Gouçaves Ledo e o Conselho de Procuradores da Província do Brasil e a Independência - n° 103 (1973)
9. Um reparo à obra de Hélio Silva - n° 111 (1977).

Na "Revista da Academia Paulista de Letras"

1. A sombra de Júlio Frank - n° 22 (1943)
2. Discurso de posse na Cadeira n° 38 - n° 98 (1980)
3. Fernando Góis - n° 99 (1981)
4. Abranhão Ribeiro, um político singular - n° 100 (1982)
5. Narrativa da perseguição que sofreu Hipólito da Costa - n° 101 (1983)
6. Um verso de Petrarca no "Lusíadas" - n° 102 (1983)
7. A "Mandragora" na óptica de Tommaso Parodi - n° 103 (1983)
8. Verney e a reforma da Universidade de Coimbra - n° 104 (1984)
9. O revolucionário Francisco de Assis - n° 105 (1986)
10. Discurso de recepção a Odilon Nogueira de Matos - idem
11. Breve notícia da Academia Paulista de Letras - no vol. comemorativo do 70° aniversário (1979)

Na "Revista do Arquivo Municipal"

1. Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, nas margens do Prata. V. 181 (1970)
2. Taunay e a história do café - v. 189 (1977)

Nas “Memórias das Semanas da História de Franca”

1. A fundação dos cursos jurídicos no Brasil e as idéias liberais na Faculdade de Direito de São Paulo - v. I (1979)
2. Fontes impressas da Revolução Constitucionalista de 1932 - v. 4 (1982)
3. Verney e a reforma da Universidade de Coimbra - v. 5 (1983)

Na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”

1. Libero Badaró, Júlio Frank e o liberalismo - v. 347 (1985)

*

“Cadernos de História”

1ª série, Editora Obelisco

1. Memórias de Martim Afonso de Souza (1964)
2. História da Província Santa Cruz/Tratado da Terra do Brasil, de Gandavo (1964)
3. Informações do Brasil e suas capitanias, de Anchieta (1964)
4. Origem do latifúndio no Brasil, de Brasil Bandecchi (1964)
5. Cultura e opulência do Brasil, de Antonil (parte sobre mineração) (1964)
6. Diário da navegação, de Pero Lopes de Souza (1964)
7. Escritos políticos, de José Bonifácio (1964)
8. A escravidão africana no Brasil (excertos), de Perdigo Malheiro (1964)
9. Relação do rio Tietê, de Leonardo Arroyo (1965)
10. Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta, de Quirício Caxa (1965)
11. Atuação real de Raposo Tavares na viagem ao rio das Amazonas, de Victor de Azevedo (1966)
12. A lenda de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina, de Alfredo Ellis Júnior (1967)

2ª série, Editora Parma

13. Pequena história da medicina brasileira, de Lycurgo de Castro Santos Filho (1980)
14. Liga Nacionalista, de Brasil Bandecchi (1980)
15. A Bucha, a Maçonaria e o espírito liberal, de Brasil Bandecchi (1982)
16. Liberdade de Imprensa, de Libero Badaró (1981)
17. Gonçalves Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência, de Brasil Bandecchi (1983)

Obs.: A Editora Parma, em 1979 reeditou seis títulos da primeira série, em dois volumes, o primeiro contendo os nºs 1, 2 e 6, e o segundo, com os nºs 4, 8 e 9.

SELETA

O MUNICÍPIO NO BRASIL COLONIAL

Brasil BANDECCHI

Varnhagen pôs em dúvida se a primeira câmara brasileira, a de São Vicente, foi organizada através de eleição, tal como determinava a lei. Para o autor da *História Geral do Brasil* era natural que desde logo em uma vila se organizasse um simulacro da Câmara Municipal, com seus vereadores que, provavelmente, a princípio, seriam nomeados e não eleitos, pois não se poderia fazer eleição sem se apurarem os homens-bons que, de conformidade com as Ordenações, deveriam ser os eleitores. A expressão “simulacro de câmaras” não nos parece ajustada ao caso, pois as circunstâncias determinavam a maneira de proceder.

O que Martim Afonso de Sousa fez foi lançar ao alicerces do governo local, dar início à colonização regular do Brasil, com os elementos que trazia. Não trazia, também, uma câmara pré-montada, mas a estrutura legal traçada nas Ordenações e o poder para resolver os casos conforme a situação, poder este que lhe facilitava, inclusive, a nomeação dos primeiros oficiais da câmara de São Vicente.

Pero Lopes de Sousa informa com precisão que Martim Afonso criou duas vilas, uma na ilha de São Vicente e outra no serra acima, nove léguas dentro pelo sertão e repartiu gente nas duas e nelas fez oficiais, pondo tudo em obra de justiça.

O “pôr tudo em boa obra de justiça” tem alta significação e suma importância, pois com isto não só erigiu vilas, isto é deu governo regular aos povos, mas organizou a família, regularizou a sociedade e a todos deu vida “segura e conversável”¹.

(1) Sousa, Pero Lopes de - *Diário da navegação*, ed. dos “Cadernos de História”, p. 67. São Paulo, Parma, 1979.

No que diz respeito à nomeação dos primeiros vereadores de câmaras recém-fundadas, ainda em 1726 tal se deu na criação da vila de Fortaleza, hoje capital do Estado do Ceará. Manuel Francês fundou a vila e nomeou juízes e mais oficiais da câmara, para que, como bons e fiéis vassallos administrassem justiça aos moradores da vila e cuidassem do seu aumento e bem comum².

O atendimento às circunstâncias locais ou de momento, muitas vezes se fazia ao arrepio das leis. Ou melhor, de acordo com a flexibilidade que a lei oferecia. Ataliba Nogueira chama a atenção para as passagens das atas da câmara municipal de São Paulo, em que vereadores diziam ter cumprido ao que mandava Sua Majestade em suas leis, para, em seguida, concluírem que procederam como era uso e costume³.

Os vereadores e mais oficiais da câmara de São Paulo tinham que resolver casos estribando-se nos usos e costumes, pois só em 1587 houve duas reclamações no Concelho porque este não possuía as Ordenações do Reino, sem as quais, evidentemente, não podiam conhecer a lei tal como era. No sábado, dia 13 de junho daquele milésimo, o almotacel João Maciel requereu que lhe dessem as Ordenações para poder orientar-se no exercício de suas funções, pois que temia sofrer qualquer penalidade pelo não exato cumprimento do seu dever. Os oficiais lhe responderam que na vila não havia livro de Ordenações, nem onde comprar. No dia 3 de outubro seguinte, é o próprio escrivão quem reclama as Ordenações para que os oficiais da câmara tivessem conhecimento dos seus regimentos “como Sua Majestade manda”, e teve como resposta que “na terra não havia livreiros nem quem nos vendesse, mas que fariam o impossível pelo haver mais prestes que pudesse...”⁴

Isto para demonstrar que a câmara se organizava de conformidade com a lei portuguesa, mas que não havia na aplicação da lei um formalismo incômodo que trouxesse embaraço ao governo local, preferindo-se muitas vezes a prudente orientação traçada pelos usos e costumes, o que era perfeitamente cabível dentro daquela estrutura legal maleável que oferecia a possibilidade de se encontrar solução às questões suscitadas.

Aliás, isto, no que diz ao direito local, era velha tradição. Nem se argumente que havendo já as “Ordenações” e as “Leis Extravagantes”, os usos e costumes perderam sua grande expressão como fonte do direito,

(2) Girão, Raimundo - *Geografia estética de Fortaleza*, p. 74. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

(3) Nogueira, J. C. *Ataliba - Lições de Teoria Geral do Estado*, p. 151. São Paulo, 1969.

(4) Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 1562-1596, p. 316.

porque no caso em foco, lembrando o juriconsulto Pero Borges, deve-se levar em consideração que as Ordenações foram feitas tendo em vista os povos de lá e não os de cá. Essa fase dos usos e costumes, ainda arraigada no ocidente europeu, tornou-se uma constante no Brasil na complementação da lei, cujas condições eram de uma sociedade em organização. E é face desta situação do Brasil, que recorremos à **História do Direito Português** de autoria do professor Guilherme Braga da Cruz, que nos oferece um panorama da época visigótica, quando o costume em Portugal se acentuou como fonte do direito e na Reconquista, quando ele encontrou terreno próprio para se tornar a principal entre todas as fontes jurídicas.

Esta força emanante do costume vigorou no Brasil nos primeiros séculos, respeitada a justa medida de um “saber só de experiências feito” e como necessidade de se adaptarem as leis do Reino às exigências da terra e vice-versa. No caso, costume era a fonte de direito formada por qualquer outro modo menos pelo processo legislativo. Não se há, portanto, que defini-lo tal como o concebemos hoje e nem como faziam os romanos (**tacitus consensus populi, longa consuetutines inveteratus**). Seu sentido era, assim, muito mais amplo. Eis porque vamos encontrar João Francisco Lisboa estranhando o poder que as câmaras municipais se arrogavam nas cidades de São Luís e de Belém: “Um dos fenômenos mais extraordinários que nos oferece a história colonial é sem dúvida a grande expansão do elemento municipal, ou melhor o imenso poder político que se arrogavam os senados das duas cidades de São Luís e de Belém, e, à volta deles, a classe dos nobres de que saíam seus membros”⁵

Ministros, oficiais e câmaras tinham a liberdade de escrever diretamente ao Rei, e o faziam por ordem expressa deste, sobre todos os fatos, inclusive queixas contra o governador ou qualquer outra autoridade, porque convinha a apuração da verdade a bem do serviço. Essa liberdade de escrever ao Rei criticando governadores e até solicitando fossem os mesmos substituídos, vinha dos primeiros anos da colonização e recuava, ademais, à Idade Média portuguesa. A oposição das câmaras municipais aos atos irregulares dos governadores se fez sentir desde o início, ou seja desde o tempo do primeiro governador geral. (...)

Há outro ponto que nos parece extremamente importante. É quanto às pessoas que podiam ser oficiais da câmara. Se em algumas, como a de Olinda, não podiam formar pessoas de ofícios mecânicos, isto é, operários, em outras, como a de São Paulo, tal restrição não era impedimento

(5) Lisboa, João Francisco - Apontamentos para a história do Maranhão, v. II, p. 46-67. Lisboa, 1901.

intransponível. Edmundo Zenha lembra que pelas disposições legais e costumes metropolitanos, os oficiais mecânicos não podiam exercer cargos na câmara nem formar entre os homens-bons. Não podiam... mas a lei deixava sempre a porta aberta para a interpretação e os intérpretes chegavam sempre à conclusão que convinha aos interesses locais. Assim, a proibição vigorava quando o candidato estivesse no exercício daquela ocupação... E este subterfúgio usou-se quando necessário, pelo que os ofícios mecânicos deixaram de ser impedimento ao exercício de cargos municipais.

Em São Paulo e outras vilas, apesar do seu isolacionismo inicial e das restrições legais ao adventício e, embora o alvará de 12 de novembro de 1611, que estabelece tais restrições, tivesse criado a possibilidade de serem eleitas pessoas de fora, desde que não apresentassem outros impedimentos, houve casos em que até degredados foram eleitos e ocuparam o cargo.

Em Olinda, entretanto, já com uma aristocracia colonial formada, só havia lugar no Concelho aos que pertencessem a essa nobreza. No Recife, forma-se logo uma burguesia rica que passa a dominar economicamente a Capitania. Seus componentes, que eram negociantes e na maioria portugueses, querendo ingressar na Câmara, sofreram forte oposição dos olindenses, que os chamavam de “mascates” por se dedicarem ao comércio. Em 1703 conseguiram esses “mascates” o direito de disputar cargos em Olinda, mas essa ordem foi anulada. Só restava, então, a elevação do distrito do Recife à categoria de vila, desmembrando-se de Olinda. A luta se acendeu entre burguesia e aristocracia.

Com isso, indicando também a exceção, queremos demonstrar o espírito liberal que alimentou o município no Brasil, pois as câmaras não estavam abertas somente para a chamada nobreza ou para os proprietários de terra. A lei fala em senhorio da terra, em homens-bons, não se nega, mas quem desejar estudar o município atendo-se somente ao texto legal, nunca o compreenderá, pois homens que não pertenciam à nobreza da terra podiam pertencer às câmaras.

Há uma outra tecla que desejamos tocar para melhor caracterizar a distinção entre vila e cidade. O fato de o Brasil pertencer também à Ordem de Cristo da qual o Rei era Grão-Mestre, fez com que, com raras exceções, só vilas fossem criadas nos tempos coloniais, pois as cidades deviam se assentar em terras alodiais. Na realidade, a questão era mais de ordem eclesiástica, pois o Vaticano não consentia que bispados fossem instalados em vilas, por serem os bispos nobres de primeira grandeza e príncipes titulares, e sim em cidades. Dessa forma, sempre que se cuidou de criar

bispados as vilas foram elevadas à categoria de cidades, mas no sentido político-administrativo, isso pouco ou nenhum significado tinha. As câmaras não gozavam só de independência, mas estavam a salvo da coação dos poderosos, os quais não podiam estar presentes às vereações.

O que também deu muita força ao espírito democrático das câmaras foram a forma de eleição, seu entendimento direto com o Reino, sem intermediários e o envio de procuradores às cortes.

As formas de eleição dos juízes, vereadores, almotacés e outros oficiais era regulada pelo título 67 do livro 1º das Ordenações Filipinas, que correspondia ao título 45 e §§ do livro de igual número das manuelinas. Para nós, o processo eleitoral é de relativa importância, o fundamental é ressaltar que o voto era secreto, que não era permitida a presença no ato das eleições das pessoas poderosas, senhores de terras e alcaides-mores, salvo se para tal tivessem privilégio. E como nas Ordenações não estava prevista a maneira de coibir certos excessos e nem fixavam penas aos que perturbassem as eleições, foi baixado o alvará de 12 de novembro de 1611, que cuidava dos delitos eleitorais, previa pena aos infratores e dava instruções para o pleito. Nele se determinava que os corregedores, ouvidores ou juízes ordinários que houvessem de fazer eleições, deveriam lançar pregões, a fim de que nenhuma pessoa de qualquer qualidade e condição que fosse, subornasse na dita eleição, pedindo voto para si, nem para outrem, nem por qualquer via inquietasse, sendo certo que disso seria tirada devassa. E os que praticassem suborno ou perturbassem a eleição seriam presos e processados, com pena de dois anos de degredo na África e multa de cinquenta cruzados para os cativos. Se a eleição tivesse qualquer vício ou se o eleito não preenchesse as condições legais, qualquer um do povo podia impugná-la.⁶

Perante a câmara da capital da colônia eram empossados os governadores-gerais, ouvidores-gerais, funcionários de nomeação régia. Nas capitânicas, ou eram pelo governador sucedido ou na câmara, sendo que esta podia se recusar a dar posse se os papéis não estivessem em ordem.

Manuel Guedes Aranha, procurador do Maranhão em 1685, afirmava com certa arrogância que “se os governadores representam as pessoas reais, as repúblicas (câmaras ou senados) representam os primeiros governos do mundo”⁷ Num simples caso de etiqueta surgido entre o

(6) Na introdução do livro Regimento das Câmaras Municipais, de Cortines Laxe, Item XII e XIII, págs. XVIII a XX, da 2ª edição (Rio de Janeiro, 1885), vem descrito de maneira bastante clara o processo eleitoral.

(7) Papel político sobre o Estado do Maranhão, apud João Francisco Lisboa, op. cit., p. 48.

governador e a câmara de Olinda, teve a Coroa que decidir, concluindo que ambos representavam igualmente a pessoa do Rei. Sem nenhuma interferência dos governadores, as câmaras enviavam seus procuradores às cortes para apresentar seus problemas e suas propostas e discutir soluções. Preocupadas mais com os negócios domésticos, “as municipalidades brasileiras não tiveram tão imediata ingerência nos negócios gerais do Reino”, no dizer de Cortines Laxe, mas, mesmo assim tiveram representantes nas cortes, como o foi Manuel Guedes Aranha, em 1685, pelo Maranhão e Francisco da Costa Barros, pela Câmara do Rio de Janeiro, em 1641.

Além dos chamados procuradores do povo, as câmaras podiam ter procuradores em Portugal para cuidar dos seus interesses. A Bahia, em 1673-74, teve como seu procurador em Lisboa o doutor Gregório de Matos Guerra, famoso poeta satírico, o conhecido “Boca de Inferno”, que devido a “suas maiores preocupações” foi dispensado do emprego a requerimento do Juíz do Povo, dada sua displicência no cumprimento do mandato e o escândalo que se sentiu na Bahia com os novos impostos sobre o tabaco etc.⁸ Com o falado “escândalo” o senado da câmara da Bahia aliviou o seu procurador Gregório de Matos dos encargos que lhe dera, pois que ele tinha outras preocupações em Lisboa. Como se lê na carta que o demitiu, ocupado em outros afazeres, violava o alvará de 5 de novembro de 1604, que determinava que os procuradores que as câmaras mandassem à Corte não requeressem negócio algum, seu ou de outra pessoa.⁹

Esses procuradores das câmaras não formavam nenhum Terceiro Estado, mas tratavam junto às repartições da Corte dos interesses das câmaras que representavam. Com isso destacamos a defesa direta das câmaras perante as repartições sediadas na metrópole sem a intervenção dos governadores.

João Francisco Lisboa concluiu que, com direito ou sem ele, os vereadores “taxavam o preço do jornal dos índios e mais trabalhadores livres em geral, aos artefatos dos ofícios mecânicos, à carne, sal, farinha, aguardente, ao pano e fio de algodão, aos medicamentos e ainda às próprias manufaturas do Reino. Regulavam o curso e o valor da moeda da terra, proviam sobre a agricultura, navegação e comércio, impunham e recusavam tributo, deliberavam sobre a criação de arraiais e povoações. Prendiam e

(8) Documentos históricos do Arquivo Municipal do Salvador, 1952, págs. 17-18.

(9) Leis Extravagantes. Coimbra, 1819, vol. I, págs. 30-32.

punham ferros a funcionários e a particulares, faziam alianças políticas entre si, chamavam finalmente à sua presença, e chegavam a suspender governadores e capitães".¹⁰

A essa enumeração, acrescente-se o que Laxe escreveu, baseado, em parte, no Conselheiro Pereira da Silva: as câmaras determinavam que os governadores comparecessem pessoalmente perante elas para tratar dos negócios públicos, chegando mesmo a suspender uns e a nomear outros, provisoriamente, enquanto a Metrópole providenciasse a respeito. Os conflitos entre câmaras e governadores eram freqüentemente caracterizados pela violência.

Assim, dos relatos de Lisboa e Cortines Laxe temos um quadro dos poderes que as câmaras possuíam e muitos dos quais se arrogavam. Qual a origem de muitos dos poderes que se arrogavam?, pergunta João Francisco Lisboa. Julgamos superada a idéia de que tal poder vinha, mesmo em parte, do sistema de milícias, o qual favorecia aos cidadãos tomarem armas para combater o clero e os governos, porque, como o próprio João Francisco Lisboa se manifesta, isso é contra a evidência dos fatos. O escritor maranhense preocupa-se muito com as turbulências, certamente porque sua obra se restringe a limitado número de câmaras, centro de maiores agitações, enquanto para nós o que mais interessa é o aspecto da conquista ou formação do direito através dos usos e costumes que iam sendo reconhecidos pela Corte e pelos governadores, de aplicação mais ampla e melhor compreensão da vida municipal brasileira, aspecto que, aliás, e está bem presente na sua obra.

As lutas contra estrangeiros invasores, contra índios, essas sim fortalecem o espírito local e eram a legitimação de muitos poderes que os concelhos iam adquirindo, ao arrepio das leis, porém admitidos pelo governo metropolitano, na maioria das vezes tacitamente.

Houve, indiscutivelmente, um momento em que as câmaras passaram muito além da órbita das suas atribuições, colocando-se em atitude hostil aos governadores, exigindo deles que comparecessem ao seu recinto para tratar de assuntos públicos e recusando-se, porém, comparecer na sede do governo, quando por este solicitadas. Tendo que evitar tais exageros, teve o Rei que baixar duas cartas-régias (4 de dezembro de 1677 e 12 de agosto de 1693) ordenando sua submissão aos governadores e proibindo-as de convocar juntas.

Até onde essas cartas-régias tiveram eficácia não nos parece fácil gizarr com segurança. No que tange à convocação de juntas, que, afinal, não

(10) Obr. cit., p. 46.

era ato de seus íntimos interesses, não temos receio de afirmar sua concretização, mas ao que respeita a submissão aos governadores, podemos arriscar que isso nem sempre se deu. E note-se que na mesma época em que uma carta-régia procurava sumeter as câmaras aos governadores, a previsão de 18 de junho de 1677 declarava que as câmaras tanto quanto os governadores representavam a pessoa do rei... Aliás, o século XVIII que surgiria trazendo no seu bojo grandes transformações econômico-sociais, provocadas principalmente pela mineração, não era evidentemente um século de submissão.

O choque de interesses entre a colônia e a Métropole estava certamente consubstanciado entre a câmara que representava o povo e o governador de nomeação da Metrópole, delegado direto do Rei. Essas limitações começam, portanto, no momento em que a Coroa tinha por objetivo fortalecer os governadores e enfraquecer as câmaras.

Durante mais de dois séculos, as câmaras apoiadas pela Coroa adquiriram uma força tal que, agora, se tornava difícil controlar. Vale lembrar que as câmaras não podem deixar de ser consideradas no coevo direito português o único corpo intermediário entre o Rei e o povo.

Comprova-se, assim, que as câmaras municipais traziam desde sua organização no Brasil poderes que não eram meramente administrativos. Razão pela qual temos afirmado não ser possível ter-se delas uma idéia fiel se ficarmos adstritos aos textos legais. Sua história deve ser colhida nas atas, correspondência, documentos avulsos, episódios do passado, enfim, nos monumentos onde transparecem toda sua vocação democrática e espírito de independência, iluminados no ocaso do período colonial pela filosofia da "Ilustração".

(O município no Brasil e sua função política, pp. 23-37. São Paulo, 1972. (Coleção da "Revista de História", vol. 40).

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

247. A PROPÓSITO DE UMA OPERETA

A apreciada - e curiosa! - seção em que “O Estado de S. Paulo”, diariamente, evoca ocorrência de há cem anos, registrou, não faz muito, algo que me pareceu significativo. A parte de propaganda, colocada sempre ao pé do espaço reservado para a seção, informava apenas “Os sinos de Corneville”, acrescentando “horário e preços do costume”, dando a entender com isto uma certa freqüência na representação, há um século, em São Paulo, de uma famosa opereta, cujo título, entretanto, pouco diz aos de hoje. “Les cloches de Corneville”, estreada em Paris a 19 de abril de 1877, é certamente a obra mais importante (pelo menos a que se tornou mais conhecida) do compositor francês Robert Planquette, que viveu entre 1848 e 1903.

Os franceses, como os ingleses, não gostam do termo “opereta”. Preferem dizer “opera-comique”, como na Inglaterra se diz “light opera”, isto é, “ópera ligeira”. Porventura não serão as operetas os exemplos mais expressivos tanto da ópera cômica como da ópera ligeira? Questão de nome, tendo em vista, sobretudo, que o termo “opereta”, que surge mais para o fim do século passado (e notadamente em Viena), acabou sendo empregado com freqüência entre nós.

Enfim, “ópera cômica” ou “opereta”, o que parece certo é que o repertório francês desse gênero tornou-se conhecido no Brasil. E assim como a obra de Planquette (que motivou esta nota), também as de Lecocq (“La fille de Madame Angot”), Massé (“Les noces de Jeannette”), Audran

("La Mascotte"), Offenbach ("Orfeu no inferno"), para citar apenas os autores mais conhecidos.

E já no início deste século, aparecem as operetas italianas (Mário Costa, Ranzato), as austríacas ("O Barão cigano", do segundo João Strauss), "A viuva alegre", de Franz Lehar; "O vendedor de pássaros", de Zeller, cuja famosa valsa "Quando vovó tinha vinte anos" era assobiada por todo mundo nos meus tempos de menino. Só não tiveram muita vez entre nós as "zarzuelas" espanholas e, menos ainda, as "light operas" inglesas de Sullivan. Para estas, tenho uma explicação: são inglesas demais... dificilmente alguém que não tenha familiaridade com a vida e os costumes ingleses poderá apreciá-las; poderá, isto sim, apreciar a beleza de suas melodias, mas ópera não deve ser só música; o texto também é muito importante para a compreensão delas.

O que venho de indicar basta para mostrar o que a muita gente poderá parecer estranho: a universalidade da opereta. Para muitos, o gênero ficou associado a Viena, graças à obra genial do segundo Strauss (1825-1899), cuja produção faz até hoje as delícias da bela cidade do Danúbio: "O Morcego", "O Barão Cigano", "Sangue Vienense", "Uma noite em Veneza"... E quando não é Strauss, é Lehar, cuja "Viúva Alegre", representada pela primeira vez em 1900, tornou-se a mais divulgada de todas as operetas, suplantando as do próprio Strauss. Lehar era húngaro, mas de formação vienense e os próprios vienenses consideram-no o legítimo sucessor do grande autor de "O Morcego". Também de Lehar são "O País dos sorrisos", "O Filho do Czar", "Judite", "Amor Cigano" e "O Conde de Luxemburgo". Lehar viveu entre 1870 e 1951. Também húngaro era Kalmann (1883-1953), que deixou duas operetas famosas, "Condessa Maritza" e "A Princesa das Czardas", ambas aproveitadas pelo cinema.

O assunto nos levaria longe e ultrapassaria o espaço que me é concedido. Lembraria, para terminar, que, no Brasil, infelizmente, as operetas passaram de moda. Com uma vivência lírica de 60 anos, nunca tive o prazer de ver a encenação de uma sequer das operetas que mencionei. Apenas tenho o privilégio de conhecê-las todas em gravações. E quanto aos "Sinos de Corneville", creio que ficaram na notícia de há cem anos, desenterrada pelo "Estado". Nunca mais se falou na grande obra de Planquette. 18-4-1992.

248. EZEQUIEL FREIRE

Efeméride das mais significativas ocorridas no ano passado foi a que assinalou o centenário da morte de Ezequiel Freire, poeta e jornalista, patrono de uma das cadeiras da Academia Paulista de Letras. Esta simples circunstância demonstra o alto conceito em que era tido, na época (1909), este fluminense de Resende, que viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, dedicando-se ao jornalismo, ao ministério público e terminando seus dias como professor do Curso Anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Vida, aliás, bastante curta, pois faleceu com apenas 41 anos, em Caçapava, onde se encontrava a passeio.

O curioso a observar, no caso, é o contraste entre os dois centenários relativos à sua existência. O de seu nascimento, em 1950, foi assinalado com a publicação de um volume especial da conceituada "Revista do Arquivo Municipal", que então se publicava com muita regularidade. Volume de quase duzentas páginas com numerosos escritos de e sobre Ezequiel Freire e, ainda, a reprodução integral de seu único livro - **Flores do Campo** - publicado em 1874, sem que fizesse jus a alguma reedição, a não ser esta, do centenário. O precioso volume, hoje bastante raro, encerra, além da reedição do livro, diversos escritos avulsos de Ezequiel Freire. A assinalar, como de excepcional valor, o prefácio de Wenceslau de Queiroz.

Já o segundo centenário alusivo ao poeta e jornalista (o de sua morte) passou em "branca nuvem", sem que a imprensa dele se ocupasse. Fiquei sabendo que o Acadêmico Hernani Donato, que ocupa atualmente na Academia Paulista de Letras a Cadeira nº 20, que tem Ezequiel Freire como patrono, ocupou-se dele numa das sessões vizinhas da comemoração da efeméride e o mesmo fez, embora um tanto tardiamente, o rabiscador destas linhas. Mas, fora da Academia, ninguém mais ficou sabendo quem foi Ezequiel Freire. Uma rua em São Paulo com o seu nome, procura resgatar a memória do poeta.

Trata-se, no entanto, de "um dos mais belos espíritos que o Brasil literário tem produzido", como dele escreveu Wenceslau de Queirós. Autêntico e espontâneo escritor, tanto na prosa como no verso manifestou sempre um profundo senso de nosso meio e um intrépido amor às nossas realidades. Pelo colorido de sua capacidade descritiva e pela beleza de sua forma literária, suas produções marcaram época. Em vida, publicou apenas **Flores do Campo**, mas, após seu falecimento, alguns amigos reuniram em volume muitos dos seus escritos que ficaram dispersos pela imprensa. Surgiu, assim, o **Livro Póstumo** contendo crônicas, contos e críticas, que

Wenceslau de Queirós prefaciou com aquele carinho que sempre demonstrou pelo poeta.

Voltando ao volume especial da “Revista do Arquivo Municipal” (nº 131, de fevereiro de 1950), a que de início me referi, convém registrar, dado o difícil acesso a ele para os de hoje, que, além da reprodução integral de **Flores do Campo**, reúne mais três trabalhos em prosa de Ezequiel Freire: “Pedro Gobá”, subtulado “episódio da vida rural”, de 1887; “Poesia brasileira”, de 1886; e “Pro Domo Mea”, também de 1887. E ainda “Uma ressurreição literária”, artigo de Hilário Freire sobre o **Livro Póstumo**, o já mencionado prefácio de Wenceslau de Queiroz, e algumas páginas de circunstância assinadas por José Pedro Leite Cordeiro e Zalina Rolim.

A Cadeira nº 20, da Academia Paulista de Letras, que o tem como patrono, teve como primeiro ocupante Reinaldo Porchat; ocupou-a após a morte do grande jurista outro grande mestre do Direito, José Soares de Melo; ocupa-a atualmente Hernani Donato, romancista e historiador, uma das mais brilhantes figuras do sodalício do Largo do Arouche. 02-05-1992.

*

249. MOISÉS GICOVATE

Em **Figuras de meu convívio**, de Fernando de Azevedo, página 163 da segunda edição, leio: “Ele sempre tinha o que dizer e sabia dizer o que realmente interessava aos leitores. Pensamento alto e livre, expresso em forma clara, embora um pouco exuberante, adequado aos assuntos de que tratava. Se lhe escasseava por vezes o senso da medida, nunca ou muito raramente lhe faltou o da oportunidade. Costumava ir direto aos assuntos e problemas que mais preocupavam o público a que se dirigia, sempre alerta e exigente”.

Este pequeno excerto de um extenso perfil traçado pelo mestre define de forma bem clara o escritor, cujo falecimento ocorrido em fins de abril, privou São Paulo e o Brasil de um dos seus grandes valores. Moisés Gicovate era fluminense de Niterói, onde nasceu aos 6 de março de 1912, mas foi na vizinha Rio de Janeiro, então Capital Federal, que realizou sua formação e iniciou sua vida profissional, a princípio no Colégio Pedro II e, depois, no Museu Nacional.

Como professor de geografia, pode ser considerado um dos pioneiros da renovação didática e metodológica do ensino da matéria, com seus primeiros livros publicados no final da década de 30. Alguns cursos especializados que realizou permitiram-lhe desenvolver excelente trabalho no Museu Nacional, onde conviveu com Raimundo Lopes, Roquette Pinto e Heloisa Alberto Torres.

Além dos livros didáticos, infelizmente não renovados face aos novos programas oficiais, deixou diversas obras, especialmente biografias com o caráter de divulgação, mas uma divulgação atendendo bem ao lema de conceituada editora francesa: “Vulgariser sans abaisser”. Assim, biografou a Joaquim Nabuco, a Lima Barreto e a Euclides da Cunha, entre outros, volumes cômodos e elegantes, de responsabilidade das Edições Melhoramentos. Interessado igualmente em geopolítica, deixou trabalhos importantes, dos quais, um, verdadeiramente modelar, sobre Brasília e sua função geopolítica.

Euclidianiano convicto e dedicado, durante muitos anos participou ativamente das “Semanas” com que São José do Rio Pardo evoca, todos os anos, a memória de Euclides da Cunha. E sobre o autor de “Os Sertões” muito escreveu, analisando-lhe a obra, particularmente nos seus aspectos geográficos. E nem poderia deixar de ser Euclides da Cunha o seu patrono na Academia Paulista de História, para a qual ingressou na vaga de outro grande euclidianiano, o saudoso Leonardo Arroyo...

Desde que se vinculou ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo revelou-se Moisés Gicovate extremamente dedicado à quase centenária instituição da rua Benjamin Constant, inclusive integrando sua diretoria e, o que é mais significativo, colaborando assiduamente na prestigiosa revista editada pelo sodalício. Ainda há pouco, o último número distribuído inseria extenso trabalho de sua lavra sobre Maimônides, filósofo e teólogo judeu do século XII, o que demonstra a versatilidade de suas preocupações culturais. Aliás, diga-se de passagem, a cultura judaica foi sempre um dos seus campos de interesse, como o demonstrou em cursos ou escritos para importante instituição israelita de São Paulo.

Nosso relacionamento remontava há mais de meio século, o que vale dizer desde quando se radicou em São Paulo. Acompanhei com o maior interesse sua trajetória em atividades profissionais e culturais, notadamente depois que o convívio no Instituto Histórico e na Academia de História propiciou maior freqüência aos nossos encontros.

Retorno ao perfil de Fernando de Azevedo: “Pelo que acumulou de experiência e conhecimento dos homens, em suas relações sociais e

profissionais, será para todos uma decepção se não aproveitar, em um ou mais volumes, o que viu e observou nos ásperos caminhos da vida. Livro de memórias, que é o que dele todos esperamos”. Lamentavelmente, sua vida encerrou-se sem que se cumprisse o vaticínio de Fernando de Azevedo. Mas, se não escreveu “memórias”, ficará sempre na “memória” dos que com ele conviveram. 16-05-1992.

*

250. MARIO DONATO

Pela mesma ocasião do falecimento de Moisés Gicovate, de quem me ocupei em nota anterior, viu-se novamente São Paulo privado de um dos seus grandes valores culturais, no mundo das letras. Refiro-me ao acadêmico Mário Donato, que faleceu quase às vésperas de completar os 77 anos de sua profícua e movimentada existência.

Mário Donato era campineiro, nascido a 29 de abril de 1915, mas, indo muito jovem para São Paulo, foi na Capital que transcorreu toda a sua vida, marcada por momentos muito significantivos e prenhe de excelentes realizações como jornalista, contista, romancista, crítico literário, comentarista político, tradutor, autor de livros infantis, e ainda diretor de entidades culturais de diversa natureza, de tudo resultando assaz valiosa contribuição às letras de nossa terra. Pertencia desde 1977 à Academia Paulista de Letras, eleito para a sucessão de José Geraldo Vieira, em cadeira ocupada anteriormente por Pedro de Toledo e Monteiro Lobato. Muito dedicado à Academia, integrou sua diretoria em mais de uma ocasião e teve a seu cargo a publicação da conceituada revista editada pela entidade.

Mário Donato estreou nas letras com o poema **Terra**, em 1938, depois de larga colaboração em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, notadamente em “O Estado de S. Paulo”, na antiga “Folha da Manhã” e no saudoso “Correio da Manhã”, da antiga Capital Federal. Adquiriu renome nacional com o romance **Presença de Anita**, de 1948, ao qual se seguiram **Galatéia** e **o Fantasma** (1951), **Madrugada sem Deus** (1954), **Domingo com Cristina** (1962), **Tietê Barbosa** (1976), **Partidas Dobradas** e a novela juvenil **Tiro de Guerra** (ambos de 1978). Presidiu a Associação Brasileira de Escritores (seção de São Paulo), a União Brasileira de Escritores e a Associação Profissional dos Escritores do Estado de São Paulo. Dirigiu a revista “Cespaulista”, órgão da CESP, Companhia Energética de São Paulo.

Embora seu leitor razoavelmente assíduo desde os tempos em que fazia crítica de livros em “O Estado de S. Paulo” (isto lá por 1940), foi só em 1958 que tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, em Campinas, por ocasião de uma conferência por ele proferida no Centro de Ciências, Letras e Artes. Com ele, na ocasião, outro excelente amigo, o saudoso Ruy Bloem, filho de um campineiro ilustre, Antero Bloem (o poeta do **Cristo de Marfim**). Ruy fora o primeiro secretário da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cargo no qual tive o privilégio de suceder-lhe a partir de 1947 e que ainda ocupava por ocasião do encontro de Campinas. Mas, os encontros com Mário Donato foram raros. Compareci à sua posse na Academia Paulista de Letras, porém foi só depois que para ela também ingressei que nosso convívio se amiudou. Assíduo e indispensável nos agradáveis “papos” que se seguiam à sessões da Academia, tinha sempre o que contar, resultado de sua longa vivência com o mundo intelectual da terra paulistana.

Por coincidência, no mesmo dia em que tive conhecimento de sua morte, havia, momentos antes, encontrado em meus recortes de jornais velhos um seu artigo, magnífico, sobre a **Viagem à Província de São Paulo**, de Saint-Hilaire, que naquele mesmo ano (1940) fora publicada por Martins, em tradução de Rubens Borba de Moraes. Apreciação realmente modelar do grande livro, demonstrativa do cuidado e do critério com que Mário Donato desempenhava seu “métier” de crítico literário.*

Uma das nossas últimas conversas, pouco antes de agravar-se seu estado de saúde, versou sobre Otoniel Mota, a quem tivemos o privilégio de bem conhecer. Se a memória não me falha, Mário Donato, que era de família protestante, foi batizado por Otoniel, então pastor da Igreja Presbiteriana Independente de Campinas, mesma igreja que minha família, igualmente protestante, também freqüentava. Daí, as boas recordações que ambos guardamos do grande mestre da língua. 23-05-1992.

251. AMIGO DE CAMÕES, AUTOR DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL

O primeiro livro publicado sobre o Brasil a merecer o título de “História” foi o de Pero de Magalhães Gandavo, impresso em Lisboa, em 1576. Intitulava-se **História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. De seu autor pouco se sabe, ignorando-se mesmo das

(*) A crítica ao livro de Saint-Hilaire, aqui mencionada, encontra-se reproduzida neste mesmo fascículo.

datas de nascimento e morte. Provavelmente de ascendência flamenga, como o sugere o seu nome (proviria de Gand), esteve no Brasil não se pode precisar exatamente quando, mas ao que parece numa época que coincide com a de Mem de Sá, terceiro governador geral. A conjectura, aliás bem plausível, é de Capistrano de Abreu, o primeiro a valorizar-lhe a obra, no prefácio que escreveu para a edição da Academia Brasileira de Letras. Passava por exímio humanista e latinista e foi amigo de Camões. Já houve quem, ironicamente, dissesse que este foi o seu maior título... Não bastaria isto para imortalizá-lo? pergunta João Etienne Filho, responsável por uma recente edição de sua obra.

Além da **História**, Gandavo escreveu também um Tratado sobre o Brasil, do qual se conhecem duas versões, uma, intitulada **Tratado da Terra do Brasil**, e a outra, **Tratado da Província do Brasil**. Ao que parece, esta é uma revisão ampliada da primeira, e permaneceu inédita até 1965, quando o Instituto Nacional do Livro a editou, com eruditos comentários de Emanuel Pereira Filho, numa edição fac-similar de original existente no Museu Britânico. Quanto à versão primitiva do **Tratado**, também não foi publicada em vida do autor, só vindo a público pela primeira vez em 1826.

Dizia Capistrano no prefácio à edição da Academia Brasileira, que a história de Gandavo é mais natural que civil, preocupando-se na maior parte em descrever a terra ou, melhor, o que se podia saber dela naquela época. Com efeito, o que realmente se teria a escrever em meados do século XVI sobre a “terra Santa Cruz pouco sabida”, mas cuja “breve história Magalhães teve tecida” (para recordar os versos com que Camões saudou o livro de seu amigo), não era de fato muita coisa, donde a mistura de informações históricas com descrições naturais da terra, o que constitui um traço comum da historiografia primitiva. O problema não é só de Gandavo, mas de todos os que escreveram histórias dos países descobertos e colonizados pelos europeus.

Os analistas da obra de Gandavo atribuem-lhe um certo caráter de propaganda do Brasil, capaz de interessar a quantos pretendessem vir para o nosso país. Daí, a preocupação em mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la.

O fato de tanto a **História** como o **Tratado** serem de pequenas dimensões, facilitou, pelo menos em três edições, a publicação dos dois trabalhos num só volume. Assim, a edição da Academia Brasileira, de 1924, com prefácio de Capistrano de Abreu e notas de Afrânio Peixoto e Rodolfo Garcia; depois, a edição da antiga Editora Obelisco, de São Paulo, de 1964,

praticamente uma reprodução de anterior, tendo a mais apenas uma “nota preliminar” de Brasil Bandecchi, diertor da coleção “Cadernos de História”, na qual foi incluída; e, mais recente, a edição da Itatiaia de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a preciosa coleção “Reconquista do Brasil”, também baseada na edição da Academia Brasileira, trazendo apresentação, nas “orelhas” das capas, de João Etienne Filho.

Fora estas, registre-se a edição de Assis Cintra (só da História), num volume de 1921, com o significativo título **Nossa Primeira História**; e quanto ao Tratado a já mencionada edição de 1965, do Instituto Nacional do Livro. Convém lembrar que a primeira edição de Gandavo no Brasil (da História), apareceu não em livro, mas nas páginas da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Isto em 1858. 18-7-1992.

*

252. GRANDE EVENTO EM POÇOS DE CALDAS

A vida de Poços de Caldas foi assinalada, no início do mês passado, com algo de profundamente significativo, capaz de marcar de maneira indelével a crônica da bela cidade: a inauguração de uma “Casa de Cultura”, esplêndida realização do Instituto Moreira Sales, que para tanto, restaurou um dos lindos “chalés” construídos em fins do século passado e que tanto marcaram, na época, a paisagem urbana de Poços de Caldas, e, ao mesmo tempo, construiu belo e confortável edifício para abrigar as atividades planejadas e que, naturalmente, não caberiam no velho solar de Cristiano Osório.

Moreira Sales - seria desnecessário lembrá-lo - é nome vinculado a Poços de Caldas. Aí, em 1924, fundou-se na antiga rua Paraná esquina com a antiga rua da Bahia, a Casa Bancaria Moreira Salles, que, anos depois, transformou-se no Banco Moreira Salles, origem de uma das mais poderosas organizações bancárias do País, o Unibanco. (Uso o termo “antigas” para as duas ruas, porque tiveram elas seus nomes alterados, respectivamente, para Assis Figueiredo e Prefeito Chagas, dois ilustres governadores da cidade).

Embora a poderosa organização tenha hoje sua sede na capital paulista, os Moreira Salles continuam vinculados a Poços de Caldas, e agora mais do que nunca, com esta grandiosa e oportuna realização, que contou,

desde o início, com o apoio de expressivos nomes da intelectualidade brasileira, que não regatearam sua colaboração, constituindo o Conselho Consultivo da Entidade: Antônio Cândido de Mello e Souza, Otto Lara Rezende, Jurandir Ferreira, Francisco Iglésias, Pérsio Árida e João Moreira Sales, nomes que constituem uma garantia para que se possa confiar no empreendimento que vem de ser inaugurado.

Um destaque, no Conselho, para a veneranda figura de Jurandir Ferreira, poços-caldense há quase noventa anos, o maior conhecedor da história e da vida da cidade (pois dela nunca saiu a não ser por pequenos períodos), ao lado de Antônio Cândido, uma das mais expressivas figuras da inteligência brasileira e que viveu em Poços de Caldas alguns anos de sua adolescência, mas que, mesmo ausente, nunca se desvinculou da cidade, visitando-a freqüentemente e nela tendo até há pouco residência. O abraçar os dois grandes amigos na festiva noite de 8 de agosto foi, sem dúvida, uma das ocorrências mais felizes da vida do autor deste modesto rabisco.

E complementando a festa da inauguração, o lançamento, na manhã seguinte, dos primeiros livros editados pela nova Entidade, alguns em convênio com outras editoras: **Da quieta substância dos dias**, deliciosas crônicas de Jurandir Ferreira sobre Poços de Caldas, com prefácio de Antônio Cândido; **O destino da rapaziada**, de Humberto Werneck, sobre jornalistas e escritores de Minas Gerais; a **Correspondência de uma estação de cura**, reedição do famoso livro de João do Rio, ambientado em Poços de Caldas, publicado em 1918 e agora com excelente estudo introdutório de Antônio Cândido; uma outra reedição de João do Rio, **A profissão de Jacques Pedreira**; e **Dentro do texto, dentro da vida**, reunião de ensaios sobre Antônio Cândido, por 30 autores, apresentados originalmente em uma "Jornada de Ciências Sociais", realizada no "campus" de Marília, da Unesp, constituindo excelente perfil do grande mestre da crítica e da teoria da literatura. Além disto, exposições culturais da mais variada natureza. Enfim, tudo que nos anima e nos faz esperar por novas e grandes realizações. 5-9-1992.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação “Pio XII”
Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ॐ PUKAMP